



Universidade de Brasília

Raqueliane Martins Pereira

**REFLEXÕES SOBRE A ESCOLA E SUA ATUAÇÃO COM JOVENS E
ADULTOS COM DÉFICIT INTELECTUAL**

BRASÍLIA

2013

RAQUELIANE MARTINS PEREIRA

**REFLEXÕES SOBRE A ESCOLA E SUA ATUAÇÃO COM JOVENS E
ADULTOS COM DÉFICIT INTELECTUAL**

Monografia apresentada ao curso de
Graduação em Pedagogia da
Universidade de Brasília, Faculdade de
Educação, para obtenção do título de
Bacharel.

Orientadora: Dr^a. Sônia Marise Salles
Carvalho

Brasília

2013

RAQUELIANE MARTINS PEREIRA

**REFLEXÕES SOBRE A ESCOLA E SUA ATUAÇÃO COM JOVENS E
ADULTOS COM DÉFICIT INTELECTUAL**

Monografia apresentada ao curso de
Graduação em Pedagogia da
Universidade de Brasília, Faculdade
de Educação, para obtenção do título
de Bacharel.

Aprovado em 14 de junho de 2013.

Orientadora: Dr^a. Sônia Marise Salles Carvalho

Examinador 1: Me. Nirce Barbosa Castro Ferreira

Examinador 2: Dr. José Luiz Villar Mella

Brasília
2013

[Dedicatória]

Aos meus pais, José e Lucimar, especialmente a minha mãe que sempre é compreensiva quanto à distância que nos separa.

[Agradecimentos]

- Primeiramente a Deus, por permitir mais esta conquista;
- Especialmente os meus pais e aos meus irmãos que me incentivam a lutar pelos meus sonhos;
- À Professora Dr^a. Sônia Marise Salles Carvalho pelas contribuições valiosas no Trabalho de Conclusão de Curso;
- À professora Dr^a. Silvia Ester Orrú pela dedicação, competência e incentivo. Obrigada por partilhar comigo seus conhecimentos;
- Aos professores e colegas do curso pelos momentos de discussão acadêmica e pela construção do conhecimento.

[Epígrafe]

“Não é possível prática educativa alguma construída sobre a base de princípios e definições puramente negativos”.

(Vygotsky, 1997)

APRESENTAÇÃO

Por muito tempo, o atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais era organizado de forma paralela ao ensino regular, por acreditar ser a condição mais apropriada para o desenvolvimento das possibilidades de aprendizagem desse sujeito.

Essa condição exerceu impacto perene na história da educação especial, resultando em práticas que evidenciam os aspectos relacionados ao déficit intelectual. Pesquisas no campo educacional vêm alterando os conceitos, as legislações e as práticas educacionais, indicando a imprescindibilidade de motivar uma reorganização das escolas de ensino regular e de ensino especial.

No processo educacional de jovens e adultos com déficit intelectual compreende-se a historicidade, a problematização das práticas pedagógicas contemporâneas e suas divergentes concepções estruturais e metodológicas.

Déficit intelectual não significa impossibilidades, mas sim adaptação. É com a educação inclusiva respeitosa para os indivíduos, que será construída práticas educacionais diferenciadas para portadores de necessidades educacionais especiais com suas características e possibilidades.

O educador brasileiro Paulo Freire propõe uma educação centrada na busca do conhecimento de dentro para fora, ou seja, o ser humano precisa encontrar sentido crítico e formato naquilo que aprende. Ler e escrever vai além de absorver passivamente o que o professor transmite. O ensino será construído juntamente com o aluno através da contextualização da aprendizagem na sua história de vida.

Na América Latina, tornou-se referencial através de suas reformas educacionais, embasando sua ação no debate, na conscientização e no questionamento. Para ele, o docente é o mediador do processo instrutivo e a alfabetização de jovens e adultos não se fundamenta no autoritarismo, mas no diálogo e na construção de significados cognitivos.

Na sociologia, Pierre Bourdieu elabora uma síntese sobre a relação da escola e da reprodução das desigualdades sociais. Questiona os fundamentos da neutralidade da instituição escolar, produz uma investigação sociológica do conhecimento e constata uma dominação e reprodução de valores.

Esse estudo traz uma reflexão sobre o respeito às diferenças e a valorização de personalidades diagnosticadas com déficit intelectual, reconhecendo suas

experiências escolares diante da sociedade excludente planejada e organizada para os ditos “normais”.

Após a construção teórica iniciei a pesquisa de campo, a partir de intervenções regulares com alunos e professores da educação de jovens e adultos, identificando aspectos relativos ao processo educacional do jovem e adulto com déficit intelectual. Além das intervenções, aplicou-se como ferramenta para coleta sistematizada de dados, questionários analisados de forma qualitativa.

LISTA DE GRÁFICOS

Docentes:

Gráfico 01 - Tempo de Atuação-----	43
Gráfico 02 - Dificuldades de Escolarização-----	46
Gráfico 03 - Além da Leitura e Escrita-----	47
Gráfico 04 - Questão Social-----	48
Gráfico 05 - Condições de Inclusão Social-----	49
Gráfico 06 - Outras Considerações-----	51

Discentes:

Gráfico 01 – Idade-----	52
Gráfico 02 – Escolaridade-----	53
Gráfico 03 – Residência-----	54
Gráfico 04 - Pública ou Particular-----	55
Gráfico 05 - Dificuldade de ensino – aprendizagem-----	56
Gráfico 06 – Socialização-----	57
Gráfico 07 – Família-----	58
Gráfico 08 - Atividade Extraescolar-----	59

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO -----	07
PARTE I – MEMORIAL -----	12
Memorial da minha vida-----	12
PARTE II – MONOGRAFIA -----	17
REFLEXÕES SOBRE A ESCOLA E SUA ATUAÇÃO COM JOVENS E ADULTOS COM DÉFICIT INTELECTUAL -----	17
RESUMO-----	18
RESUMEN-----	19
INTRODUÇÃO -----	20
1 REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS-----	22
1.1 Educação à luz da Legislação Brasileira-----	22
1.2 Educação de Jovens e Adultos com Déficit Intelectual-----	27
2 A INCLUSÃO E EXCLUSÃO DOS ALUNOS COM DÉFICIT INTELECTUAL-----	32
3 A ESCOLA E A REPRODUÇÃO DA DESIGUALDADE DE BOURIEU---	38
METODOLOGIA-----	41
RESULTADO E DISCUSSÃO-----	43
SÍNTESE DO RESULTADO E DISCUSSÃO-----	60

CONSIDERAÇÕES FINAIS-----	62
REFERÊNCIAS-----	66
APÊNDICES-----	70

PARTE I – MEMORIAL...DA MINHA VIDA

“Nada é mais adequado que o exame para inspirar o reconhecimento dos veredictos escolares e das hierarquias sociais que eles legitimam”.
(Pierre Bourdieu)

Nascida em 15 de junho de 1988, de uma família humilde do interior do Ceará. Chegamos em Brasília em 1993, e fomos morar na zona rural de uma pequena cidade do entorno.

Apesar de todas as dificuldades minha mãe ensinava a mim e aos meus irmãos o pré-silábico e sempre que possível, se sentava ao nosso lado para ler histórias. Com grande amor e paciência nos ensinava e nos motivava a estudar e sonhar com um futuro melhor.

A vida escolar se iniciou em uma pequena escola de Ensino Fundamental da região, onde permaneci até a oitava série.

Lembro-me da professora da Educação Infantil, que muito me ensinou através da alfabetização pelo método tradicional de ensino, que estabelece uma correspondência entre o oral e a escrita, método centrado no professor como único detentor de conhecimento e onde o aluno o recebe passivamente. Nesse método o aluno tem o aprendizado adquirido por partes, primeiro se aprende as vogais, posteriormente as sílabas até chegar às palavras e às frases para assim produzir textos. E através da cartilha como instrumento educacional para o ensino da codificação e decodificação de códigos, onde se segue lições pré-determinadas, feitas a partir da vivência global.

Recordo-me que durante minha alfabetização utilizava-se pouco o lúdico, as atividades eram voltadas para a sistematização do conhecimento e pela repetição excessivas de atividades. Os momentos de interação social com os demais colegas e as brincadeiras aconteciam somente no horário do recreio, intervalo de aulas.

Paciente e carinhosa me esperava todos os dias com um largo sorriso no rosto. Pelo seu ensino fui capaz de prosseguir os estudos e nunca pensei em desistir. Quando criança brincava de ser professora devido ao carinho que recebi e devidamente o guardei na memória.

Na terceira série, tive uma professora muito rígida e tradicionalista, insensível às dificuldades dos alunos daquela região. Sorridente fora da sala de aula, mas em sala se tornava uma pessoa inflexível. Parece que nos ensinava por obrigação e não demonstrava amor em seu ato de ensinar, como propunha o

educador Paulo Freire. E tão pouco trabalhava com a nossa realidade, contrariamente trabalhava com uma realidade distante e inalcançável, naquele momento.

Um período marcante foi na quinta série da Educação Fundamental, onde vários professores faziam parte do processo de ensino-aprendizagem. Os mais importantes foram os professores de Educação Física, Matemática e Geografia. Ótimos professores que ensinavam, primeiramente, a partir da realidade do aluno, algo que para nós havia significado e depois avançavam com o conteúdo, o que facilitava a absorção do conhecimento.

A escola onde conclui o Ensino Fundamental era uma escola valorizada na região, sendo a melhor instituição de ensino rural, pois os professores eram orientados a trabalhar considerando a realidade do ambiente educacional. Nas datas comemorativas do ano, faziam-se festas, caracterização, trabalho escolar, gincana voltados para o assunto comemorativo e toda a comunidade escolar era convidada a participar dessas datas festivas. A festa junina era um referencial, pois sempre havia dança de quadrilha, onde cada turma desenvolvia e apresentava e no final se escolhia a quadrilha mais adequada na ocasião. Tudo era organizado em parceria com a comunidade através de doação e trabalho voluntário e assim se realizava uma belíssima festa.

Posteriormente, ao fim da oitava série mudei para uma escola de nível médio na zona urbana, onde tive muita dificuldade no primeiro ano, nas disciplinas de Química e Física. O professor de Física era divertido, no entanto não transmitia o conhecimento de modo didático. O que acarretou na dificuldade em aprender, constatada por toda a turma.

Quando ingressei no segundo ano do Ensino Médio, tinha outro professor de Física, um excelente professor, que lecionava didaticamente, além de perceber a dificuldade da turma e trabalhar conteúdos do primeiro ano, que ficaram defasados.

Quando conclui o segundo grau no ano de 2005, iniciei a busca pelo primeiro emprego, adquirido no mês de maio de 2006, permanecendo no mesmo até janeiro de 2007, quando decidi parar de trabalhar para me dedicar exclusivamente aos estudos, pois não ganhava o suficiente para pagar a mensalidade de uma Faculdade Particular e sabia que dificilmente ingressaria em uma Universidade Pública sem me dedicar plenamente a aprendizagem. No mesmo ano ingressei em

um Curso preparatório para Pré – Vestibular em uma Instituição Filantrópica. Estudei nessa Instituição até ingressar na Universidade de Brasília.

A escola onde conclui o Ensino Médio também era a referência educacional da área urbana. Então se percebe claramente que apesar de não ter condição de pagar uma instituição particular e das dificuldades econômicas minha mãe sempre procurava a melhor escola para nos matricular e isso é percebido na nossa trajetória escolar, pois eu e meus irmãos ingressamos na Universidade Pública, especificamente a Universidade de Brasília – UnB.

Em 2008, ingressei na Universidade de Brasília – UnB, no curso de Pedagogia. Residia com alguns amigos, aos quais devo profundos vínculos de amizade, bem como discussões e reflexões sobre a vida e a formação acadêmica, que marcaram e marcam profundamente minha concepção de vida como profissional e pessoa.

A graduação foi significativa na minha formação, na medida em que ofereceu subsídios para ampliação de conhecimentos no campo da educação.

Inicialmente a vida acadêmica não foi muito fácil, pois precisava conciliar as dificuldades financeiras com as acadêmicas. Mas com o tempo os acontecimentos foram sendo superados positivamente.

No terceiro semestre cursei a disciplina “Educação do Campo”, que motivou a dar continuidade ao curso e a vivenciar a prática pedagógica em uma escola de zona rural, na cidade de Planaltina - GO, criada a fim de atender os filhos dos pequenos agricultores assentados na região.

No quarto semestre cursei a disciplina “Educação de Adultos”, direcionando – me para trabalhar com jovens e adultos, a partir de então todos os trabalhos na universidade eram voltados para essa modalidade de ensino.

A disciplina “Processo de Alfabetização” contribuiu para o trabalho de observação dentro da sala de aula e para a valorização da realidade vivencial do jovem e adulto e para o planejamento de aulas voltadas para esse alunado de acordo com suas peculiaridades.

Em 2011, conclui o curso “Inclusão e a Diversidade”, “Construindo uma escola inclusiva”, na plataforma de ensino a distância. E identifiquei-me com o projeto desenvolvido na perspectiva da educação de alunos com déficit intelectual e sua inserção no mercado de trabalho, ministrado pela professora Dr^a. Silvia Ester Orrú, uma notável profissional que redimensionou o significado atribuído ao curso

que anteriormente escolhera. Conheci uma realidade pouco observada no ambiente escolar, o processo de aprendizagem e a convivência social desse alunado.

Através das observações produzimos o artigo “Jovens e Adultos com Deficiência Intelectual: Educação e Mercado de Trabalho”, onde o apresentei como Pôster no I Congresso Movimentos Sociais e Educação, realizado na Universidade Estadual de Santa – Cruz – UESC, no período de 20 a 23 de agosto de 2012. Momento inesquecível, sendo a melhor vivência dentro da Universidade de Brasília.

Na volta do Congresso, participei do Simpósio “Estudantes com Necessidades Especiais: singularidades e desafios na prática pedagógica inclusiva”, realizado nos dias 08 e 09 de novembro de 2012, na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, Auditório 2 Candangos.

Nesse mesmo ano no mês de Abril ao mês de Dezembro trabalhei em uma escola pública no Distrito Federal, como monitora do Programa “Mais Educação”, da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, SEEDF, nas segundas e terças- feiras, no horário de 12:30 até 15:30. Desenvolvendo trabalhos com alunos do sexto ao nono ano de ensino, ministrando a disciplina “Letramento”.

Ainda em 2012, participei do Projeto 4 – Fase I - Economia Solidária, com a professora Dr^a. Sônia Marise Salles Carvalho. Desenvolvemos durante o semestre letivo, vínculo com uma comunidade na cidade Estrutural-DF para a realização do “Projeto de Feira de Economia Solidária”, por meio de trocas de moedas sociais. Com o objetivo de oferecer à comunidade, onde grande maioria dos trabalhadores são catadores no lixão da região, uma possibilidade de troca de produtos, serviços e saberes, sem a necessidade de estarem envolvidas nesse processo moedas de valores reais. Outro objetivo era proporcionar aos moradores da comunidade outra alternativa de economia que não a do sistema capitalista, uma conscientização de que há a possibilidade de aquisição de produtos por meio da troca com o próximo.

Na fase II do Projeto 4, realizei o estágio curricular final de curso em uma instituição escolar pública que contempla jovens e adultos com déficit intelectual e sua inclusão no processo de escolarização.

Na prática pedagógica e nas relações que estabelecia com os alunos e professores inúmeras questões me conduziram a problematizar e a refletir o papel da escola para tal grupo, passando pelas práticas sociais e educativas vividas nesta relação entre a escola, a família e esse aluno.

Na escola envolvida pela prática, um dos aspectos que me chamava atenção era qual processo educativo escolar poderia ter significado para a vida daquele grupo de alunos. Sinto que é indispensável buscar compreender as lógicas internas deste grupo no que engloba sua prática social. Considero assim, a relação com a família um pressuposto básico que orienta as ações no espaço político e pedagógico da escola, no sentido de criar alternativas pedagógicas em conjunto com os grupos para os quais suas práticas se destinam. Sendo a escola um espaço possível de ações transformadoras e potencializadora de vínculos sociais.

No ano de 2013, conclui o curso “O papel das organizações na inclusão das pessoas com deficiência”, “Aprenda a ensinar informática aos deficientes visuais”, “Capacitação do Profissional da EJA”, através da plataforma de ensino a distância. E iniciei acompanhamento pedagógico a uma aluna com PAC – Processamento Auditivo Central, em sala de aula e nas atividades escolares domiciliares.

Logo, o presente trabalho foi desenvolvido com o objetivo de refletir sobre as dificuldades do educando com necessidades educacionais especiais, especificamente os portadores de déficit intelectual e o papel da instituição escolar no processo educacional desse alunado.

PARTE II - MONOGRAFIA

REFLEXÕES SOBRE A ESCOLA E SUA ATUAÇÃO COM JOVENS E ADULTOS COM DÉFICIT INTELECTUAL

PEREIRA, Raqueliane Martins. *Reflexões sobre a Escola e sua Atuação com Jovens e Adultos com Déficit Intelectual*. Brasília – DF, Universidade de Brasília/Faculdade de Educação(Trabalho de Conclusão de Curso),2013.

RESUMO

Os direitos e as garantias fundamentais estabelecidos na Constituição da República Federativa do Brasil são inerentes à condição humana. Devem ser abrangentes a todos os grupos socioeconômicos. Em vista desta certeza, o trabalho intitulado “Reflexões sobre a escola e sua atuação com jovens e adultos com déficit intelectual” tem o objetivo de investigar através de pesquisa teórica e de campo, a importância da atuação escolar no processo ensino-aprendizagem de jovens e adultos com dificuldade intelectual, de uma Escola Pública do Distrito Federal que integra essa modalidade de ensino. Além de compreender e investigar através de pesquisa histórico-cultural o papel da educação escolar de modo diferenciado entre o sujeito constituído de conhecimento e o mundo. O tema se configura como objeto de investigação a partir da verificação das adversidades que evidência as relações sociais vividas por esse educando, dos seus esforços no sentido de ampliar suas possibilidades de participação social e do fato de procurar, na escola, o espaço e os instrumentos para ampliação desta participação.

Palavras-chave: Déficit Intelectual, Processo Educacional.

RESUMEN

Los derechos y las garantías fundamentales establecidas en la Constitución de La República Federativa de Brasil, son inherentes a la condición humana. Deben ser integral a todos los grupos socioeconómicos. Ante esta certeza, el trabajo intitulado “Reflexiones sobre la escuela y su actuación con jóvenes y adultos con déficit intelectual” tiene el objetivo de investigar a través de pesquisa teórica y de campo, la importancia de la actuación escolar en el proceso educativo de los jóvenes e adultos con dificultades intelectuales, de una Escuela Pública del Distrito Federal, la cual integra esta modalidad de enseñanza. Además de comprender e investigar a través de pesquisa histórica y cultural el papel de la educación escolar de modo distinto entre el sujeto constituido de conocimiento y el mundo. El tema se configura cómo objeto de investigaciones a partir de la verificación de las adversidades que evidencian las relaciones sociales vividas por este educando, de sus esfuerzos en el sentido de ampliar sus posibilidades de participación social e, incluso en el facto de buscar en la escuela, el espacio y los instrumentos para ampliación de esta participación.

Palabras clave: Déficit Intelectual, Proceso Educativo.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho faz uma reflexão sobre as contribuições da instituição escolar para o processo educacional do jovem e adulto com déficit intelectual. Resultado de uma pesquisa realizada com o objetivo de identificar as expectativas desses alunos em relação à escola e ao ensino anteriormente adquirido, relacionando com o trabalho desenvolvido pelos professores com esse alunado dentro de sala de aula.

Entende-se que a Pedagogia, como campo de estudo da educação tem que refletir a relação de socialização, considerando-se as características econômicas, sociais e culturais desse alunado, tendo como referência intelectuais comprometidos com as transformações sociais.

Esses jovens e adultos, com necessidades educacionais especiais possuem peculiaridades típicas e semelhantes que devem ser respeitadas e incentivadas ao desenvolvimento cognitivo.

Considerando como princípio indispensável que todo ser humano pode aprender e desenvolver suas inteligências e suas capacidades individuais, desenvolverá assim uma escola democrática e comprometida com a aprendizagem de todos os seus alunos.

Objetiva-se realizar um estudo sobre como a escola atua junto aos jovens e adultos com déficit intelectual; analisar as propostas pedagógicas existentes para o trabalho junto aos jovens e adultos com déficit intelectual; analisar o processo de escolarização oferecido pela rede pública dos alunos jovens adultos com déficit intelectual, através de relatos verbais; refletir sobre as propostas educacionais e das possibilidades pedagógicas junto ao jovem e adulto com déficit intelectual com ênfase na valorização da aprendizagem na instituição escolar.

A primeira parte do trabalho relata o Memorial... Da minha vida educativa, expõe os acontecimentos nos caminhos percorridos na existência escolar.

Acontecimentos relevantes que contribuíram para minha formação acadêmica. Assim, como questões profissionais que direcionaram este trabalho aos jovens e adultos com déficit intelectual e a perceber esse alunado e suas potencialidades.

Na segunda parte do trabalho, no capítulo 1 proporciono uma reflexão sobre a educação de jovens e adultos, educação especial e déficit intelectual à luz da Legislação Brasileira. Igualmente, no item 1.2, apresento as ideias dos teóricos Paulo Reglus Neves Freire e Marta Kohl de Oliveira sobre essa modalidade de ensino. E as contribuições significativas da fundamentação teórica de Marcos José Silveira Mazzotta e Maria Teresa Eglér Mantoan sobre os educandos com necessidades educacionais especiais.

No capítulo II considero a teoria da aprendizagem de Vygotsky que parte da perspectiva sociocultural do alunado, ressalta que o desenvolvimento intelectual acontece por meio da interação social. E destaco a relevância do ambiente escolar para a inclusão desse jovem e adulto com déficit intelectual.

No capítulo III contemplo a colaboração educativa de Pierre Félix Bourdieu, considerável sociólogo e intelectual do século XX, que desenvolveu um estudo sobre as desigualdades escolares estruturadas e reprodutoras das desigualdades sociais.

A terceira parte do trabalho consiste na análise metodológica dos dados de forma qualitativa e da síntese dos resultados e discussões dessa pesquisa. Das considerações finais referentes ao trabalho final de curso.

1. REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

1.1 Educação à luz da Legislação Brasileira

Este capítulo objetiva informar sobre a Legislação Brasileira que dispõe sobre a educação de jovens e adultos, a educação especial e o déficit intelectual.

A Constituição Federal de 1988 garante a todos o direito à educação e ao acesso à escola, não podendo excluir pessoa em razão: “de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.”, em seu artigo 3º, inciso IV.

No seu artigo 5º garante o direito à igualdade; “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade...”

Ao mesmo tempo em que a educação é um direito de todos, é também um dever da família e do Estado no sentido de proporcionar meios para a sua concretização.

Constituição Federal, artigo 205:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A Educação de Jovens e Adultos compreendida na Constituição Federal de 1988 como dever do Estado, estabelece o ingresso escolar a todos que não o tiveram na idade própria. Na Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, igualmente conhecida como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, por estabelecer as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a EJA, habitualmente assim denominada é uma modalidade de educação básica para jovens e adultos, oportunizando o início ou conclusão do ensino fundamental ou ensino médio.

Lei de Diretrizes e Bases:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

§ 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento.

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I - no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;

II - no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

§ 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames.

O desejado é que a escola aprecie as experiências construídas na contextualização social, respeitando as semelhanças e diferenças do educando, realize ações integradoras, concretizadas pelo poder público, objetivando ao acesso e permanência do aluno na escola. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases Nacionais transfigura-se obrigatório a “oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas as suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola” (artigo 4º, inciso VII).

A Resolução nº. 01/2012 do Conselho de Educação do Distrito Federal - CEDF, de 11 de setembro de 2012, estabelece normas para o Sistema de Ensino do Distrito Federal. Explicita os princípios da educação, artigo 3º:

I - respeito à individualidade, fundamentado na solidariedade e compromisso com a construção do projeto coletivo de vida;

IV - respeito ao estudante, centro de toda ação educativa, como ser ativo e participante no seu processo de formação integral;

VI - co-participação, pela qual família, instituição educacional e comunidade envolver-se-ão efetivamente na discussão e na definição de prioridades, estratégias e ações do processo educativo, como instrumento essencial de defesa da dignidade humana e da cidadania;

VII - singularidade do ser humano, pela qual o sistema de ensino contribuirá para a efetivação de um sistema de valores éticos livre de quaisquer sectarismos e preconceitos.

Nessa perspectiva, aprimorar a Proposta Curricular para o Ensino de Jovens e Adultos com necessidades educacionais especiais, com vistas à construção de identidades positivas, elaborada pelo coletivo da escola.

Entende-se por Educação Especial e alunos com necessidades educacionais especiais:

Lei de Diretrizes e Bases – 9.394/96.

Art. 58. Entende-se por educação especial, para efeito desta lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

Art. 59. Menciona que os professores precisam ter especialização adequada em médio ou superior, para atendimento especializado, bem com professores de ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns. (Inciso III).

Resolução 01/2012:

Art. 40. Consideram-se estudantes com necessidades educacionais especiais os que, durante o processo educacional, apresentarem:

I - dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de seu desenvolvimento, não acumuladas a uma causa orgânica específica, relacionadas às disfunções, limitações ou deficiências;

II - dificuldades de comunicação e de sinalização que demandam a utilização de linguagens e códigos aplicáveis;

III - altas habilidades/superdotação, facilidade de aprendizagem, domínio de conceitos, procedimentos e atitudes;

IV - transtornos funcionais específicos.

Na Resolução 01/2012, Capítulo IV, elucida que na educação especial deverá ser observado: a não segregação, o desenvolvimento da valorização do indivíduo social, a integração do ambiente familiar e social.

Art. 38. A educação especial tem por finalidade desenvolver as potencialidades dos estudantes que apresentam necessidades educacionais especiais nos diferentes níveis, etapas e modalidades de educação e ensino, visando à efetividade das políticas inclusivas.

Art. 39. A educação especial deve considerar os objetivos e fins de cada nível, etapa e modalidade de educação e ensino e a sustentabilidade do processo inclusivo, visando ao atendimento das necessidades educacionais especiais dos estudantes, de modo a assegurar:

I - dignidade humana e observância do direito de cada um, evitando-se quaisquer tipos de discriminação;

II - busca da identidade, reconhecimento e valorização das diferenças e potencialidades;

III - desenvolvimento da autonomia para o exercício da cidadania;

IV - inserção na vida social e no mundo do trabalho com igualdade de oportunidades.

A Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, regulamentada pelo Decreto nº.3.298, 20 de dezembro de 1999, no seu artigo 4º, inciso IV, se refere ao déficit intelectual como déficit mental definindo assim, “funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas...”. As habilidades constantes no Decreto são de comunicação, cuidado pessoal, habilidades sociais, utilização dos recursos da comunidade, saúde e segurança, habilidades acadêmicas, lazer e trabalho.

A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008) tem como objetivo o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais garantindo: acesso ao ensino

regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.

E apresenta em seu conteúdo uma ampliação de conhecimentos, métodos e processos na escolarização das pessoas com deficiência, dentre estes o Atendimento Educacional Especializado - AEE, um serviço da educação especial que “[...] identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas” (SEESP/MEC, 2008). A organização do atendimento deve prever a identificação, elaboração e organização de recursos de acessibilidade e pedagógicos ofertados em turno inverso ao da escolarização.

O Decreto nº. 7.611, de 17 de novembro de 2011, dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado, considera-se atendimento educacional especializado o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente a complementar à formação dos estudantes com necessidades educacionais especiais do ensino regular. Fundamentam-se como objetivos: prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes; garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular; fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino.

Na revista Nova Escola, Editorial 1, O Ministério da Educação - MEC enfatiza que para se avançar no processo de inclusão educacional é imprescindível a organização de projetos pedagógicos voltados às especificidades dos alunos.

Segundo a Secretaria de Educação Especial, Claudia Pereira Dutra, a Secretaria de Educação de Estado de São Paulo - SEESP desenvolve dois grandes programas que disseminam o conceito de inclusão: O Programa Educação Inclusiva, tem como objetivo a transformação do sistema educacional, gestão escolar,

participação da família e o atendimento especializado, e o Projeto Educar na Diversidade, que discute o papel da escola e realiza a formação docente para o processo de inclusão educacional.

A Declaração de Salamanca, 1994, é uma deliberação da Organização das Nações Unidas (ONU) que trata dos princípios, política e prática em educação especial, promoveu à criação de um plano norteador que mostrava que as escolas deveriam acolher a todos, independente de condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas, etc. Logo, as instituições escolares devem desenvolver uma pedagogia capaz de educar com efetividade todos os alunos.

Ratifica-se, então, a necessidade de se atender a todos os alunados em suas particularidades, como uma forma de garantir a sua permanência na rede escolar. Desse modo, é entre a proposta de educação para todos, a educação de jovens e adultos e a educação especial, em suas dimensões relacionadas às políticas públicas, à formação de professores e às práticas pedagógicas, que se inicia a discussão em torno dos desafios, das possibilidades e das ações para o processo de inclusão educacional da pessoa com necessidades educacionais especiais.

1.2 Educação de Jovens e Adultos com Déficit Intelectual

Destina-se aos jovens e adultos que não tiveram a chance de completarem na idade apropriada a educação básica ou o ensino médio. Ao poder público cabe estimular o acesso e a permanência das pessoas na escola. O ensino será oferecido pelos sistemas de ensino vigentes levando em consideração as características dos alunos, interesses, condições de vida, de trabalho e sua vivência social, pessoal e intelectual. A Educação de Jovens e Adultos teve forte contribuição de Paulo Freire que modificou e consolidou importante alicerce na educação brasileira.

“A educação qualquer que seja ela, é sempre uma teoria do conhecimento posta em prática.” (FREIRE)

Paulo Reglus Neves Freire (1921-1997) foi o mais célebre educador brasileiro recuperou dimensões sociais do processo de alfabetização, contrapondo a educação bancária, modelo tradicional da prática pedagógica, por uma educação humanista e libertadora. Sobrepondo o educando como sujeito da aprendizagem e

induz a alfabetização com linguagem significativa no contexto social, ou seja, a aprendizagem deve partir da realidade do educando.

“Por isso a alfabetização não pode ser feita de cima para baixo, como uma dádiva ou uma imposição, mas de dentro para fora, pelo próprio analfabeto e apenas com a colaboração do educador.” (FREIRE, 2000, pg.79)

Desenvolveu um pensamento pedagógico voltado a crítica do sistema educacional implantado nas escolas, onde os alunos são seres passivos diante do conhecimento propiciado pelo professor. O principal livro do autor intitulado “Pedagogia do Oprimido” retrata bem o objetivo e a crítica do autor.

“A pedagogia do oprimido que, no fundo, é a pedagogia dos homens empenhando-se na luta por sua libertação tem suas raízes aí. E tem que ter seus próprios oprimidos, que se saibam ou comecem criticamente a saber-se oprimidos, um dos seus sujeitos.” (FREIRE, 1994, p. 40)

Freire criou a mudança de paradigma na educação de jovens e adultos no Brasil. Seu método de ensino hoje é adotado em diversos países e fazem de Freire o educador brasileiro mais reconhecido no mundo. Aos olhos de Freire o método de educação é construído no diálogo entre professor e aluno, não poderia ser apenas uma transmissão do conhecimento do professor, é um ato de interação e troca de experiências e conhecimentos.

“Educar e educar-se, na prática da liberdade, é tarefa daqueles que pouco sabem – por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais – mais diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais.” (FREIRE, 2006, p.25)

Para esse educador é fundamental que o docente tenha esperança, pois os educandos jovens e adultos se refletem nos docentes, e com esperança acredita-se em mudanças de direção para a sociedade, a vida e o mundo.

Para a autora Marta Kohl de Oliveira a educação de jovens e adultos é uma modalidade de ensino diferente do ensino regular em sua estrutura e metodologia.

Compreende que a maioria desses alunados são oriundos do meio rural e de família pobre, com baixo nível de escolarização ou analfabetos, com pequenas passagens pela escola, devido à necessidade de trabalhar para ajudar no sustento familiar.

Oliveira define o lugar social: “a condição de “não – criança”, a condição de excluídos da escola e a condição de membros de determinados grupos culturais.” Sendo assim esses alunos têm vivências e saberes diferenciados e peculiares. A autora considera as diferenças individuais e os conhecimentos informais dos alunos, adquiridos na vivência e no mundo do trabalho. Esse aluno já traz sua experiência de vida e dessa forma há modificações no que será ensinado, para que o aprendizado tenha mais significado e motive esse discente a continuar em sala de aula.

Muitos educandos se sentem excluídos educacionalmente, por estarem em idades avançadas em relação ao ensino regular, estão desmotivados e são infantilizados e se auto-rotulam como incapazes de aprendizagem. Para Marta Kohl:

“... é importante mencionar ainda que a exclusão da escola coloca os alunos em situação de desconforto pessoal em razão de aspectos de natureza mais afetiva, mas que podem também influenciar a aprendizagem. Os alunos têm vergonha de freqüentar a escola depois de adultos e muitas vezes pensam que serão os únicos adultos em classes de crianças, sentindo-se por isso humilhados e tornando-se inseguros quanto a sua própria capacidade para aprender.” (OLIVEIRA, 1999, p. 62)

A autora cita as principais dificuldades cognitivas desse alunado: “[...] pensamento referido ao contexto da experiência pessoal imediata, dificuldade de operação com categorias abstratas, dificuldade de utilização de estratégias de planejamento e controle da própria atividade cognitiva, bem como pouca utilização de procedimentos metacognitivos. (Oliveira, 1995). Essas dificuldades são percebidas tanto no educando como na instituição educacional, pois não corresponde a real necessidade desses alunos, “falta de sintonia entre a escola e os alunos que dela se servem.” (Oliveira, 1999).

As ideias desses intelectuais se refletem no processo educacional do jovem e adulto com déficit intelectual, para que tais características também sejam adquiridas no ensino desse aluno, valorizando suas peculiaridades.

Ao longo do tempo, os alunos com necessidades educacionais especiais de baixo rendimento cognitivo eram ensinados em salas separadas, pois serem considerados como incapazes de aproveitar as instruções educacionais e dificultar a aprendizagem dos demais alunos.

A deficiência intelectual ou atraso cognitivo, ou atraso mental é um termo para designar pessoas com limitações no funcionamento ou desempenho de atividade de comunicação, cuidados pessoais ou relacionamento social. Por causa dessas limitações o tempo de aprendizagem e desenvolvimento são mais lentos que nos demais indivíduos.

As possíveis causas para a deficiência intelectual podem ser várias, as mais comuns são condições genéticas, problemas durante a gravidez, problemas ao nascer e problemas de saúde, tal como meningite ou sarampo não cuidados a tempo, falta de alguns nutrientes na alimentação ou a exposição ao chumbo ou mercúrio.

A discriminação em relação ao déficit intelectual foi marcada frente a diversos sentimentos: piedade, rejeição, superproteção, supervalorização, ignorância.

Até o século XVIII, as noções a respeito da deficiência eram marcadas pela dúvida, religiosidade, misticismo e ocultismo, sem qualquer conhecimento científico sobre as pessoas com deficiência. Que na maioria das vezes eram discriminadas pelos seus pares, por serem diferentes, sendo que a própria religião, com seu conceito de homem “criado a imagem e semelhança de Deus” reforçava a crença da segregação.

“A própria religião, com toda sua força cultural, ao colocar o homem como imagem e semelhança de Deus, ser perfeito inculcava a ideia da condição humana como incluindo perfeição física e mental e não sendo parecidos com Deus, os portadores de deficiência eram colocados postos a margem da condição humana.” (MAZZOTTA, 1982, p.3)

No Século XIX, inicia-se o período da institucionalização do atendimento especializado de pessoas com necessidades educacionais especiais, e é a partir de então que se considera ter surgido a Educação Especial.

É importante para o jovem e adulto com déficit intelectual viver como cidadão constituído de direitos e deveres, sendo indispensável à educação de forma significativa para a valorização positiva individual e como ser capaz de conquistar competências intra e interpessoal.

“A deficiência mental não se esgota na sua condição orgânica e/ou intelectual e nem pode ser definida por um único saber. Ela é uma

interrogação e objeto de investigação de inúmeras áreas do conhecimento.” (MANTOAN; BATISTA, 2007, p.15)

O aluno com déficit intelectual possui diversas capacidades que levará um tempo a mais para se desenvolver, por isso o apoio e a compreensão dos pais e dos educadores é fundamental. O déficit intelectual não é uma doença, não carece de tratamento, mais de estímulos para a aprendizagem. Aos professores e educadores cabe um atendimento respeitando as particularidades do aluno.

A escola, o convívio social e familiar desempenha um papel fundamental na formação do desenvolvimento do educando com déficit intelectual. A família constitui a primeira instituição social formadora do indivíduo.

“A mim me dá pena e preocupação quando convivo com famílias que experimentam a “tirania da liberdade” em que convivo com crianças que podem tudo: gritam, riscam as paredes, ameaçam as visitas em face da autoridade complacente dos pais que se pensam ainda campeões da liberdade.” (FREIRE, 2000, p.29)

Dependendo da qualidade das relações sociais do indivíduo, o déficit pode piorar ou atenuar, sendo o sistema familiar, social e escolar responsáveis por facilitar a convivência das pessoas com déficit intelectual. A estrutura familiar oferece subsídios e oportunidades sociais para que o indivíduo desenvolva valores de aceitação, admiração, respeito e responsabilidade.

Mantoan (2007) observa que atualmente as escolas evidenciam métodos desiguais, classificatórios e competitivos caracterizando os alunos bons, apesar do discurso de respeito às diferenças e especificidades de cada educando, da proposta de mudanças ao atendimento a todos sem discriminações.

O ingresso do aluno com déficit intelectual na escola regular de ensino na perspectiva inclusiva proporciona estratégias metodológicas capazes de alcançar o potencial dos alunos, respeitando as diferenças e vivências históricas, criam-se novos procedimentos de ensino.

2. A INCLUSÃO E EXCLUSÃO DOS ALUNOS COM DÉFICIT INTELECTUAL

Esse capítulo trata da contribuição da teoria social da aprendizagem de Vygotsky que parte de uma perspectiva sociocultural, ou seja, o desenvolvimento cognitivo do aluno se dá por meio da interação social, de sua interação com os outros indivíduos e do meio que vive. E a importância da contribuição escolar para a inclusão e desenvolvimento educacional desse educando.

O bom desempenho intelectual da criança está estruturado emocionalmente, tem que se trabalhar a subjetividade, pois é nessa categoria que se articula o individual e o social. Não se apresenta apenas no campo do individual, mas a aprendizagem escolar se constitui a partir do social, do outro, do convívio saudável com outros seres humanos, em um ambiente agradável e gerador de conhecimento.

O autor fez inúmeras contribuições no campo do processo ensino-aprendizagem. Para ele, o ser humano nasce com os recursos biológicos, mas o ambiente social que permite criar os valores e a cultura, os recursos culturais concretizados através da aprendizagem. O desenvolvimento das pessoas com déficit intelectual ocorre semelhante às demais pessoas, apenas em maior tempo, inclusive nos processos educacionais.

Ainda faz críticas sobre a forma como a educação para o portador de necessidades educacionais especiais deveria ser elaborada. Segundo o autor o educando se desenvolve de uma maneira própria, mas isso não deve ser desmerecedor, pois o importante é que ele se desenvolva. Também se concentra nas habilidades que esse aluno possui e não em suas carências.

Trabalha a importância das interações sociais como forma de desenvolver as características biológicas. “Através da inserção na cultura e da participação no processo de construção histórica, a criança portadora de deficiência assimila as formas sociais de atuação, as internaliza e interage como sujeito histórico”. (Vygotsky, 1988).

As vivências, conceitos e experiências positivas e negativas do sujeito podem vir a constituir importantes elementos no processo de aprendizagem. Alguns teóricos defendem a construção da aprendizagem a partir da interação e das trocas em um ambiente “potencializador” de superações. A dinâmica da aprendizagem se dá através de interações mútuas, nas quais educando e professor estabelecem relações sociais e afetivas.

No momento de aprendizagem escolar é importante levar em consideração as possibilidades de aprendizagem e do desenvolvimento da pessoa com déficit intelectual, todos aprendem, mas em ritmos diferentes. Também não pode se dar ênfase no defeito, mas sim, na pessoa e nas características positivas, potencializar a condição de sujeito capaz e necessário em seu processo de aprender, usar estratégias pedagógicas concretas para o desenvolvimento do sujeito, onde ele, efetivamente, aprenda.

Para que a aprendizagem aconteça de forma integrada é importante favorecer a criação de um ambiente propício que contribua para seu desenvolvimento cognitivo.

A escola deve encontrar meios de superar as dificuldades educacionais. Pois o indivíduo não sente diretamente seu defeito, percebe apenas as dificuldades que resultam desse defeito, segundo Vygotsky.

O reconhecimento da condição de sujeito nos espaços sociais e relacionais em que está inserido pode ter significações importantes no processo de aprendizagem escolar.

A prática da educação inclusiva exige necessariamente a cooperação entre todos os alunos e o reconhecimento de que ensinar uma turma é trabalhar com um grande grupo heterogêneo.

Nem sempre é possível ver a sociedade inserida, efetivamente, nessas políticas educacionais. Universaliza-se o acesso gratuito e de qualidade, mas continuam excluindo indivíduos e grupos considerados fora dos padrões homogeneizadores da escola e da sociedade dita democrática.

Já a educação inclusiva passa a integrar o sistema educativo brasileiro como modalidade do ensino da educação especial destinada aos portadores de necessidades educativas especiais no campo da aprendizagem, quer de deficiência mental, sensorial ou múltipla.

Em 2008 o Ministério da Educação divulgou o documento Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, onde se lê “educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação”.

“... a educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola” (Ministério da Educação, 2007, p.1).

Nota-se na educação inclusiva a forma de movimento social contra ações discriminatórias e a necessidade de alternativas onde a escola e a sociedade superem a exclusão da pessoa portadora de necessidades educacionais especiais.

A inclusão é o ajustamento da pessoa com necessidades educacionais especiais para sua participação no processo educacional, desenvolvido pelas escolas regulares. Tendo uma atuação voltada para inclusão e socialização dos alunos com os demais.

Cabe ao governo e às escolas efetivarem a matrícula dos jovens e adultos com necessidades educacionais especiais no ensino regular, envolvendo o compromisso de oferecer a todos os alunos um ensino de qualidade. Uma atuação baseada em princípios igualitários e a consciência de que a inclusão constitui direito fundamental.

A inclusão não é somente matricular alunos com déficit intelectual em escolas regulares e, ignorar suas peculiaridades, mas oferecer ao professor e a escola suporte necessário a sua ação pedagógica. O apoio às escolas inclusivas pode acontecer de forma temporária ou permanente, objetivando que a aprendizagem ocorra com sucesso. O respeito e a valorização à diversidade exigem que estabelecimentos de ensino e profissionais estudem e reflitam sobre inclusão visando oferecer melhores condições de acesso e permanência na escola.

A escolarização em classe regular para os alunos com déficit intelectual não contribui de forma satisfatória, pois tais alunos na maioria das vezes ficam excluídos pelos professores e os demais alunos, além de serem considerados os culpados por seu déficit.

Para encaminhar estes alunos ao ensino de qualidade, o primeiro passo é humanizar os professores para se sentirem realizados com a profissão escolhida e a façam de tal forma que seja benéfico a todos que estão inseridos no processo de aprendizagem escolar. Onde eduquem, ensinem e acolham respeitando as diferenças individuais e estimulem o desenvolvimento do aluno em aprender, acreditando que todos são capazes, e aceitando que alguns demoram mais que outros para aprender, mas não quer dizer que ele não aprenderá. Para que isso aconteça é necessário que haja programas de formação dos professores.

A família também tem seu papel a cumprir no processo escolar dos alunos, uma vez que a falta de incentivo, falta de apoio e a incompreensão familiar afeta a formação destes. Muitos alunos se sentem desmotivados por não se sentirem acolhidos por seus familiares. E por fim, a sociedade tem o papel de aceitação e respeito ao educando com déficit intelectual.

A Comissão Internacional, sobre Educação para o século XXI, presidida por Edgar Delors em 1996 fixa quatro pilares básicos em que se deve centrar a educação ao longo da vida de uma pessoa. Esse quatro pilares da educação concluem que o aluno deve ter certas competências para o desenvolvimento do ser humano: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser.

Aprender a conhecer: Através do conhecimento o homem se torna mais crítico e atualizado, por esse motivo, devemos sempre buscar novas aprendizagens, pois a aprendizagem não se encerra no período escolar, é necessário buscar novas fontes de conhecimento.

Aprender a fazer: Não basta preparar-se para se inserir no setor do trabalho. A rápida evolução por que passam as profissões pede que o indivíduo esteja apto a enfrentar novas situações de emprego e a trabalhar em equipe, desenvolvendo espírito cooperativo e de humildade; saber comunicar-se e ter iniciativa.

Aprender a ser: Este pilar é sobre a aquisição de habilidades para lidar com imprevistos e diferentes situações. Desenvolver personalidade e ser capaz de agir com autonomia e responsabilidade.

Aprender a viver juntos: Aprender a viver com os outros, a descobrir o outro; aprender a formar opiniões. A educação tem como missão a transmissão de conhecimentos das diversas áreas, temos que aprender a nos conhecer para

aprendermos a conhecer o outro. A fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas.

Segundo Delors, a humanidade sofre pela falta de reflexão dos seus atos, quando age sem pensar nas consequências e do predomínio da ignorância em relação ao outro. Há uma perda de valores nas relações sociais. O individualismo do ser humano cresce nas sociedades atuais de forma assustadora. Faz-se necessária uma mudança de paradigma, para que haja modificações na maneira de enxergar o mundo, em que as pessoas aprendam a respeitar e a conviver com o diferente, que sejamos mais conscientes e compreensivos.

Por esses motivos o educador deverá desenvolver o espírito crítico e a autoestima do aluno. Ensiná-lo a ser responsável e refletir sobre suas escolhas. Motivá-lo para buscar novos conhecimentos e desejar conhecer outras formas de aprendizagem. Ensiná-lo a partir da realidade vivencial em que se encontra.

Tem-se que enfatizar a dinâmica educacional dos jovens e adultos com necessidades educacionais especiais, valorizando o processo de subjetivação, singularidades sociais dentro da perspectiva integracionista e complexa. (GONZALEZ REY, 1989, 2004; HERNANDEZ, 2005; MARTINEZ; 2005; TACCA, 2004).

A escola inclusiva deve trabalhar conjuntamente com a comunidade escolar, objetivando atender a diversidade social independente de qualquer diversidade física, cognitiva, social...

“A inclusão de alunos com necessidades especiais na escola regular, como caminho fundamental para se atingir a inclusão social, constitui uma meta, neste novo século, cada vez mais firme, nos diferentes sistemas educativos, nos quais se pretende educar alunos com necessidades educacionais especiais na escola regular. Isto pressupõe que é o sistema educacional como um todo que assume a responsabilidade de Educação e não uma parte dele, a Educação Especial.” (CARDOSO, 2006: p.25).

Todo ser humano tem o direito ao conhecimento e ao desenvolvimento de suas inteligências, ainda que tenham dificuldades físicas, mentais, sensoriais, neurológicos ou emocionais.

Geralmente nas escolas de ensino regular os alunos com necessidades educacionais especiais estão integrados, por estarem na mesma escola dos demais alunos e têm que se adaptarem as exigências da escola, sendo responsabilizado por seu fracasso escolar, não há inclusão, pois são considerados de forma diferente e

não desenvolvem as mesmas atividades que os demais educandos. Contrariamente, a escola inclusiva está preparada para acolher todos os alunos e o fracasso escolar é responsabilidade de todos os envolvidos no processo educacional.

“A inclusão envolve um processo de reforma e de reestruturação as escolas como um todo, com o objetivo de assegurar que todos os alunos possam ter acesso a todas as gamas e oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela escola.” (MITTLER, 2003, p.25)

A inclusão requer a ruptura de conceitos educacionais que contribuem com a marginalização escolar de vários indivíduos, por terem conhecimentos e características diferentes do convencional. Predispõe o reconhecimento das diferenças culturais e sociais para a sistematização da educação.

“A inclusão diz respeito a todos os alunos, e não somente a alguns. Ela envolve uma mudança de cultura e de organização da escola para assegurar acesso e participação para todos os alunos que a frequentam regularmente e para aqueles que agora estão em serviço segregado, mas que podem retornar à escola em algum momento no futuro. A inclusão não é a colocação de cada criança individual nas escolas, mas é criar um ambiente onde todos possam desfrutar o acesso e o sucesso no currículo e tornarem-se membros totais da comunidade escolar e local, sendo, desse modo, valorizados.” (MITTLER, 2003, p. 236)

A escola inclusiva requer a efetivação no contexto educacional de ambientes dinâmicos, ricos, envolventes para estimular todos os alunos. A escola comum deverá integrar as especificidades e peculiaridades de todos os educandos, além de reforçar a interação solidária, cooperativa, onde o indivíduo se perceba acolhido no ambiente.

No entanto, a escola nos revela a reprodução das desigualdades sociais conforme se verifica nos estudos da Sociologia da Educação de Pierre Bourdieu.

3. A ESCOLA E A REPRODUÇÃO DA DESIGUALDADE EM BOURDIEU

“Não há democracia efetiva sem um verdadeiro poder crítico”

(Pierre Bourdieu)

Pierre Félix Bourdieu (1930-2002) um importante intelectual e sociólogo francês do século XX, devido a publicações sobre educação, cultura, literatura, arte, mídia, linguística e política. Entre as décadas de 1960 e 1980, desenvolveu um estudo sobre as desigualdades escolares estruturadas nas desigualdades sociais.

Iniciou discussões sobre a democratização do acesso à escola e aos diferentes níveis de ensino. Analisou como os indivíduos associam a estrutura social, reproduzindo-a e legitimando-a, sem interpretar os fenômenos sociais criticamente.

Segundo Bourdieu, não existe democracia efetiva sem um verdadeiro contra - poder crítico que confronte o pensamento racionalista tradicional. O importante é estabelecer uma maneira da ciência distinguir melhor o objeto do mundo social e o sujeito.

Percebia a estrutura social como uma hierarquização de poder e privilégio, determinada pelas relações de capital econômico (status financeiro); de capital cultural (saberes e conhecimentos reconhecidos por títulos, escolarização); capital social (relações sociais que podem ser capitalizadas); capital simbólico (status social) entre os indivíduos. Essa estrutura social deriva da desigualdade de distribuição de recursos e poderes.

“Forma de coação que se apoia no reconhecimento de uma imposição determinada, seja esta econômica, social ou simbólica. Se funda na

fabricação contínua de crenças no processo de socialização, que induzem o indivíduo a se posicionar no espaço social seguindo critérios e padrões do discurso dominante. Devido a este conhecimento do discurso dominante, a violência simbólica é manifestação deste conhecimento através do reconhecimento da legitimidade deste discurso dominante.” (BOURDIEU, 1989, p.11).

A violência simbólica na concepção do autor seria o processo pelo qual a classe dominante economicamente impõe sua cultura aos dominados. E esta violência se demonstra nas relações de poder, na violência verbal entre professores e alunos, na discriminação de gênero e raça.

“Se considerarmos seriamente as desigualdades socialmente condicionadas diante da escola e da cultura, somos obrigados a concluir que a equidade formal à qual obedece todo o sistema escolar é injusta de fato, e que, em toda sociedade onde se proclama ideais democráticos, ela protege melhor os privilégios do que a transmissão aberta dos privilégios.” (BOURDIEU, 1998 p.53).

A posição de privilégio ou não – privilégio social é determinada de acordo com a quantidade de capitais adquiridos ao longo da trajetória social de um grupo ou indivíduo.

O sujeito está submetido aos desígnios sociais, agindo de acordo com as determinações das estruturas dominantes, não sabe disso e está iludido pelo discurso predominante que o induz a pensar a ação como resultante da própria vontade. E este não se opõe ao opressor, pois não se percebe vítima deste processo, devido considerar a situação natural e irremissível. O que chamamos de ação é o processo pela qual os mecanismos de dominação se reproduzem.

“Tal reconhecimento prático assume, muitas vezes, a forma da emoção corporal (vergonha, timidez, ansiedade, culpabilidade), em geral associada à impressão de uma regressão a relações arcaicas, aquelas características da infância e do universo familiar. Tal emoção se revela por manifestações visíveis, como enrubescer, o embaraço verbal, o desajeitamento, o tremor, diversas maneiras de se submeter, mesmo contra a vontade e a contragosto, ao juízo dominante, ou de sentir, por vezes em pleno conflito interior e na “fratura do eu”, a cumplicidade subterrânea mantida entre um corpo capaz de desguiar das diretrizes da consciência e da vontade e a violência das censuras inerentes às estruturas sociais.” (BOURDIEU, 2001, p. 205).

Adota a nomenclatura estruturalismo construtivista ou construtivismo estruturalista para demonstra como os indivíduos simplesmente reproduzem as orientações determinadas pela estrutura social dominante.

Discorda do discurso das determinações das estruturas dominantes segundo o qual a conquista de uma escola de caráter igualitário tornaria possível a realização de potencialidades humanas, entende que a instituição escolar dissemina por trás de sua aparente neutralidade a reprodução de relações sociais atuantes.

Depreende que o sistema de ensino institucionalizado realiza de modo sistemático a aceitação de valores dominantes e reproduz a dominação social que está por trás da sua ação pedagógica. A escola educaria para legitimar o poder simbólico da classe dominante, ao invés de formar cidadãos conscientes do papel social.

“Se, no caso particular das relações entre a Escola e as classes sociais, a harmonia parece perfeita, é que as estruturas objetivas produzem os *habitus* de classe, e em particular as disposições e as predisposições que, gerando as práticas adaptadas a essas estruturas, permitem o funcionamento e a perpetuação dessas estruturas.” (BOURDIEU, 1992, p. 213).

Ou seja, simplesmente reproduziria o aparelho ideológico da classe dominante.

“A propensão das famílias, e das crianças para investir na educação, que constitui por si só um dos fatores importantes do êxito escolar depende do grau em que dependem dos sistemas de ensino para a reprodução de seu patrimônio e de sua posição social, bem como das oportunidades de seu sucesso prometidas a tais investimentos em função do volume de capital cultural que possuem.” (BOURDIEU, 2001, p. 264).

Na classe menos favorecida, a instituição escolar configura uma interrupção no que se refere à valorização dos seus saberes práticos, que são desprezados e desconstruídos na sua inserção cultural. Sendo assim, necessita aprender novos padrões culturais. Logo, para a classe dominante os melhores resultados e o sucesso para níveis mais elevados de ensino se tornam mais simples do que para a classe desfavorecida, que tem que desaprender uma cultura para se impregnar de uma nova maneira de entender o mundo, para somente assim se tornar sujeito ativo na sociedade e conseguir melhor resultado da cultura escolar.

Teoricamente, o indivíduo através da educação pode se tornar habilitado para diferenciar quando está sendo vítima da violência simbólica e se torna sujeito ativo socialmente.

Sendo assim, o autor na sociologia, elaborou uma síntese sobre a relação da escola e a reprodução das desigualdades sociais. Iniciando da discussão sobre a democratização do acesso à escola e aos diferentes níveis de ensino. E conclui que a escola contribui para conservar as desigualdades sociais, rejeitando o mito da escola neutra e libertadora.

A grande contribuição da Sociologia da Educação de Pierre Bourdieu foi ter fornecido o embasamento para um rompimento com a ideologia dominante e com a supervalorização do status social.

METODOLOGIA

Visando expor algumas características relativas à educação de jovens adultos com déficit intelectual no processo de escolarização. O roteiro metodológico deste trabalho envolveu inicialmente a pesquisa teórica a respeito da Educação Especial, levando em consideração principalmente as Políticas Nacionais e os Projetos para Educação de Jovens e Adultos.

A pesquisa é qualitativa, com o objetivo de analisar relatos verbais dos docentes e discentes, além da observação direta da pesquisadora dentro de sala de aula em uma Instituição Pública do Distrito Federal que se enquadra na modalidade de educação de jovens e adultos com necessidades educacionais especiais. Busca-se a compreensão da realidade através da coleta de dados para posterior interpretação.

A pesquisa qualitativa possibilita entender a relação dinâmica e a interdependência que existem entre a subjetividade do homem e o mundo objetivo. Sendo o conhecimento concebido como produto das relações sociais estabelecidas histórica e culturalmente entre os homens e entre esses com a natureza.

Por meio da pesquisa quantitativa se obtém um resultado preciso e confiável. Seus resultados são mais concretos e menos passíveis de erros de interpretação. A pesquisa quantitativa leva à análise estatística.

Para uma análise estatística confiável o instrumento que utilizei foi o questionário. Na confecção do questionário busquei as hipóteses e as questões que influenciam nessa modalidade de ensino. Dessa forma poderia estabelecer a importância da atuação escolar no processo educacional do jovem e adulto com dificuldade intelectual, refletindo sobre os vários elementos que circundam o cotidiano desse educando.

Os sujeitos da pesquisa são os jovens e adultos com déficit intelectual e os professores que participam do processo educacional desse alunado.

Com o intuito de delimitar as respostas e facilitar a mensuração dos resultados e compreensão. Os questionários têm perguntas fechadas.

A aplicação de questionários foi feita com 12 alunos e 20 professores da instituição escolar. Sendo seis questões voltadas para a investigação do papel docente e institucional no processo de escolarização dos jovens e adultos com déficit intelectual. E mais oito questões objetivando delinear o processo de escolarização e as contribuições das relações sociais na realidade do alunado com déficit intelectual.

Para registro das respostas dos questionários que foram transcritas e submentidas a análise segundo o método proposto por Triviños, onde as respostas das questões são agrupadas em uma folha. Posteriormente se sublinham as ideias que possuem alguma relação com fundamentação teórica e faz uma análise das respostas “divergências, conflitos, vazios e pontos coincidentes que se acham nas afirmações dos respondentes”.(TRIVIÑOS, 1987)

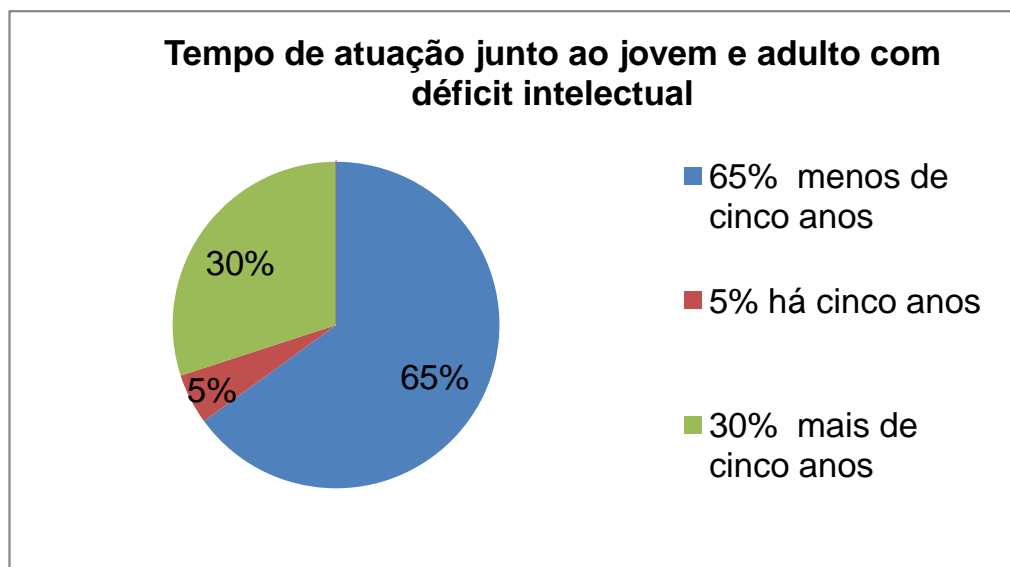
RESULTADO E DISCUSSÃO

A análise dos dados é discutida de forma quantitativa, utilizada quando quer se identificar a intensidade de opiniões, impressões, comportamentos, conhecimentos. Oferece informações objetivas e evidentes.

Os dados são analisados e apresentados em gráficos para facilitar a visualização dos resultados obtidos.

Questões aos docentes:

Gráfico 01:



Fonte: Pesquisa Pessoal em Instituição de Ensino Pública do Distrito Federal.

O gráfico acima analisa a questão do tempo de atuação do docente junto aos jovens e adultos com déficit intelectual. A maioria dos professores trabalha com esse alunado a menos de cinco anos e menos da metade trabalha a mais de cinco. A interação professor-aluno contribui para a aprendizagem desse aluno e muitas vezes o ensino-aprendizagem do aluno com déficit intelectual não está na questão de tempo de atuação do professor, mas na questão da metodologia de ensino. Essa relação deve primar pela construção do conhecimento através do diálogo independente de aspectos profissionais. É importante enfatizar o professor como o mediador e não como o único detentor do saber. O contentamento pelo aprender não surge por si só, pois na maioria das vezes os estudos são vistos como obrigação e não como satisfação. Consiste ao professor despertar no aluno o interesse e motivá-lo na busca pelo conhecimento.

Ao examinar a prática pedagógica educacional de jovens e adultos com déficit intelectual em uma escola pública do Distrito Federal se percebe que os professores nada modificam em suas aulas para torná-las atrativas e contextualizadas. As aulas, na maioria, são apáticas, sem estímulos e os professores expõem o conteúdo através do livro didático, único apoio utilizado.

Durante a observação notou-se uma enorme dificuldade desses professores em planejar e realizar atividades com estes alunos. Há diferentes formas de atuação dos professores. Alguns isolam os alunos e não direcionavam atenção a eles.

Os alunos com déficit intelectual dificilmente participam das aulas e os professores não estimulam e nem interagem com o conhecimento desse alunado.

Percebe-se claramente dentro do ambiente escolar que na maioria das vezes as regras disciplinares são seguidas sistematicamente. E o aluno simplesmente as cumpre sem questionamento e sem entendê-las concretamente, ou seja, qual sua significação, isso pode provocar reações negativas no aluno, como a indisciplina e a resistência ao aprendizado. Por isso é necessário despertar a curiosidade do educando. Para Freire:

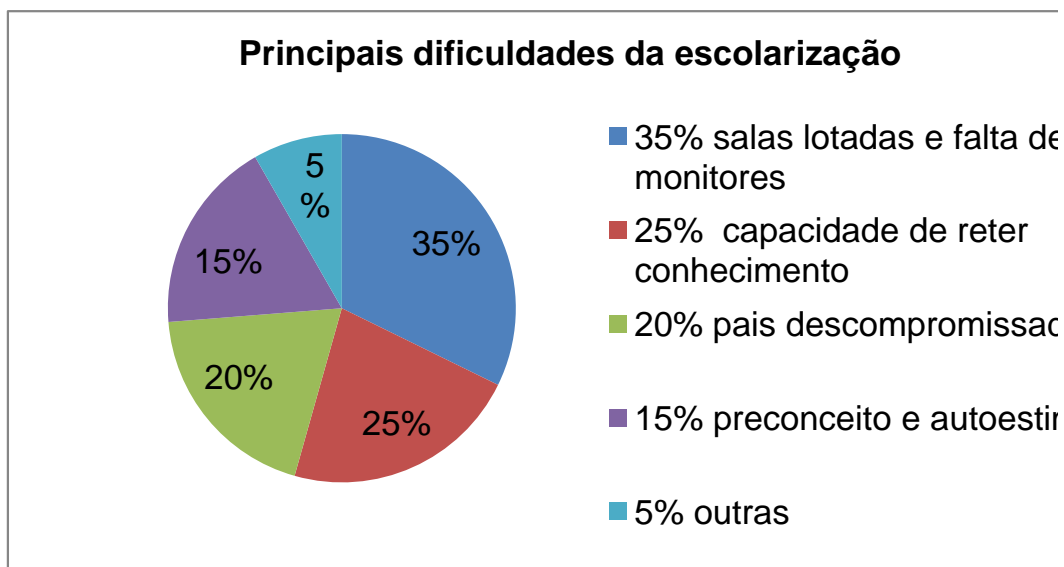
“O bom professor é o que consegue, enquanto fala trazer o aluno até a intimidade do movimento do seu pensamento. Sua aula é assim um desafio e não uma cantiga de ninar. Seus alunos cansam, não dormem. Cansam porque acompanham as idas e vindas de seu pensamento, surpreendem suas pausas, suas dúvidas, suas incertezas.” (FREIRE, 1996, p.96)

Assim, o conhecimento se constitui de forma mais autônoma e crítica. Pois no professor prevalece uma visão mais sensível, tornado o ambiente educacional mais integrado e efetivo, onde essa relação seja a base para a construção do conhecimento cognitivo e social.

Na criança mentalmente retrasada, era preciso modificar a própria situação, fazê-la mais atraente, renová-la para fazer que seu caráter negativo se tornasse positivo. Por conseguinte, era necessário substituir o lápis negro por um vermelho e azul, este por um jogo de lápis de cor, este ultimo por aquarelas e pincel, as aquarelas e o pincel por tinta e um quadro negro, a tinta comum por tintas coloridas, a fim de que a criança mentalmente débil continue a atividade depois de se encher-se. (VYGOTSKY, 1997, p. 270).

Para Vygotsky o educando com necessidades educacionais especiais abandona a atividade escolar quando a mesma se torna desinteressante e se sente saturado de fazê-la. Desta maneira é preciso modificar o ensino, a situação para que a atividade fique mais atraente. A utilização de novos objetos pedagógicos contribui para que esse aluno reinicie o trabalho de forma prazerosa.

Gráfico 02:



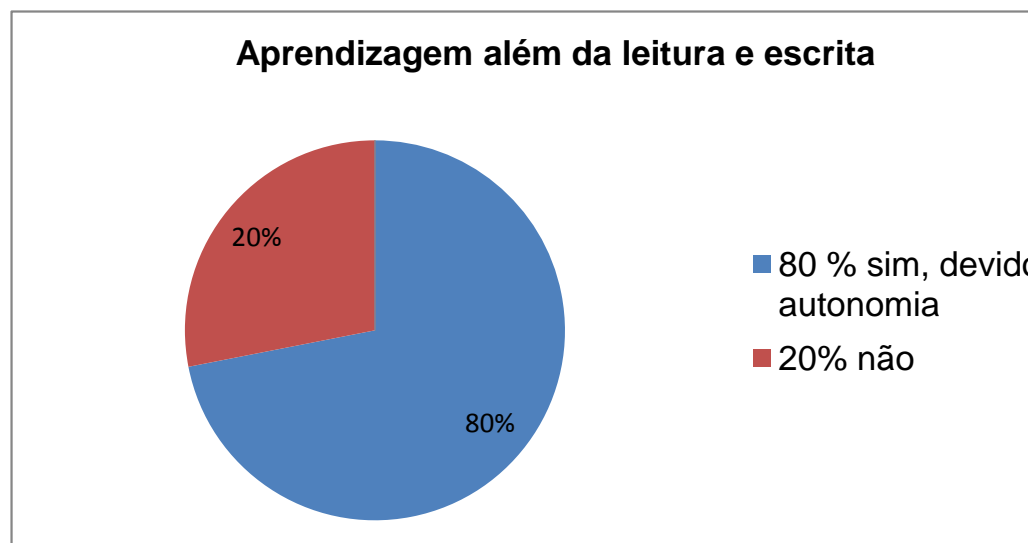
Fonte: Pesquisa Pessoal em Instituição de Ensino Pública do Distrito Federal.

Na segunda questão foram abordadas quais as principais dificuldades encontradas pelos professores no processo de escolarização do jovem e adulto com déficit intelectual. Uma considerável quantidade dos entrevistados percebe a capacidade de reter conhecimento como a segunda dificuldade mais relevante.

Os professores pesquisados da escola pública concordam que sala lotada, pais descompromissados com a vida escolar do filho, falta de monitores para auxílio em sala de aula, falta de cursos complementares para os professores, preconceito e baixa autoestima dos alunos, o descaso da Secretaria de Educação dificulta o trabalho junto ao aluno com déficit intelectual. Questionam a estrutura física da escola. E acreditam que a próprio déficit já é um agravante.

Observa-se a ênfase no déficit do aluno e não em suas potencialidades. Diferentemente Vygotsky concentra-se nas possibilidades desse sujeito e não em suas dificuldades de aprendizagem. Marques (2009) a partir de Vygotsky enfatiza que:

“O aluno é considerado, acima de tudo, um ser ativo, capaz de pleno desenvolvimento, desde que lhe sejam dadas condições para tal. Assim, a educação deve ser encarada como um quefazer humano, que ocorre num tempo/espaço específico e principalmente entre homens em suas relações uns com os outros”. (2009, p.150).

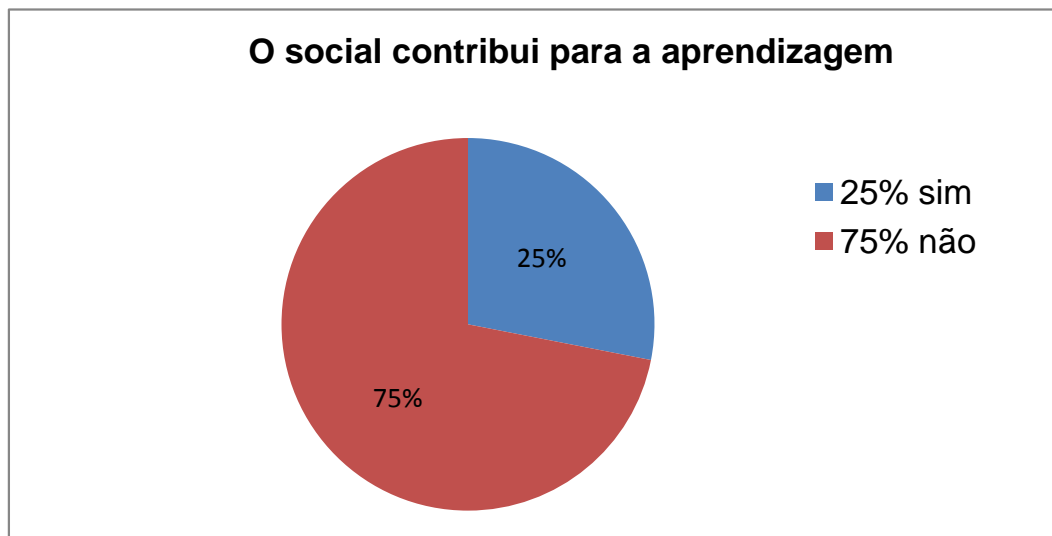


Fonte: Pesquisa Pessoal em Instituição de Ensino Pública do Distrito Federal.

Para a maioria dos professores a aprendizagem contribui para a vida do portador de necessidades educacionais especiais além do processo de aquisição da leitura e escrita, pois o aluno terá autonomia em sua vida fora da escola. A escolarização contribui para a aquisição de habilidades, desenvolvimento pessoal e profissional e melhor socialização entre as pessoas.

Sendo mais que o simples domínio mecânico de técnicas de escrever e de ler. Implica na autoformação do sujeito para interferir sobre seu contexto social e cultural como cidadão consciente de suas ações, compreendendo a realidade e transformando-a.

O jovem e adulto alfabetizado tem mais possibilidade de conseguir um bom emprego e conseqüentemente estabilidade econômica. E poderá se tornar um cidadão mais ativo na sociedade.



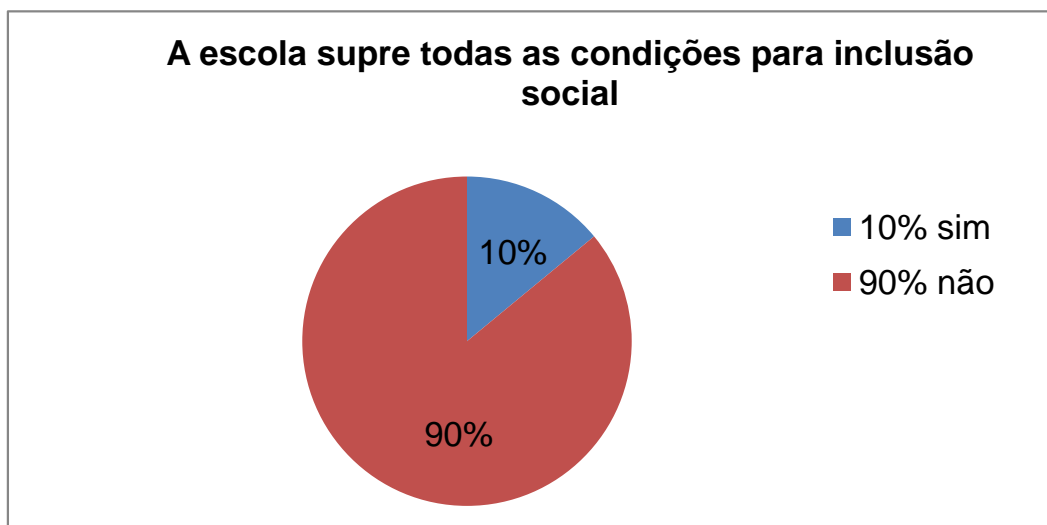
Fonte: Pesquisa Pessoal em Instituição de Ensino Pública do Distrito Federal.

Dos entrevistados poucos concordam que a socialização contribua para a aprendizagem do aluno. A maioria acredita que o social não influencia no conhecimento dos alunos, pois o importante é estudar e buscar conhecimento, não sendo a socialização um pressuposto importante para o desenvolvimento cognitivo.

A socialização é um processo pelo qual a sociedade transmite sua cultura para futuras gerações. Um processo de medição de ideias, comportamentos, valores que aprendemos e incorporamos.

Para Freire, o sujeito aprende em comunhão mediatizados pelo meio. Entende que esse sujeito deve ter os meios necessários para fazer uma análise crítica de sua socialização.

"Já agora ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo" (FREIRE, 2002, p. 119)



Fonte: Pesquisa Pessoal em Instituição de Ensino Pública do Distrito Federal.

Quanto perguntados sobre as condições escolares de inclusão em relação ao jovem e adulto com déficit intelectual, quase todos os professores entendem que a escola realmente não está preparada para suprir as dificuldades desse alunado.

A Educação dos alunos com necessidades educacionais especiais antes ficavam no atendimento especializado, hoje esta voltada para a educação inclusiva, onde o aluno deve ter garantido o direito ao acesso e permanência no ensino regular, mas na prática observada mostra-se uma realidade diferente. Onde falta de recursos junto à precariedade ou despreparo dos docentes torna a aprendizagem uma fase complicada e muito pouco aproveitada pelos alunos com déficit intelectual que tem seus conhecimentos ignorados e a exclusão social começa dentro da sala de aula.

Assim, colocam-se pequenos trechos das entrevistas de um docente que concorda que a escola supre as dificuldades "O atendimento educacional especializado na educação de jovens e adulto é um grande avanço para os alunos que podem ter um auxílio de acordo com sua necessidade possibilitando uma aprendizagem mais significativa".

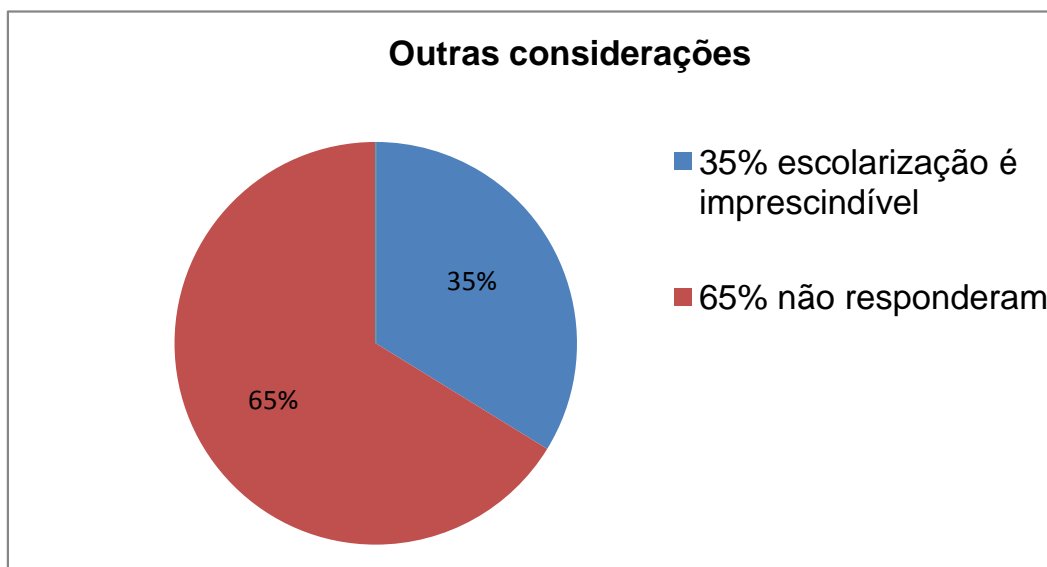
No entanto, sabe-se que esse ideal ainda está fora do alcance. O acesso universal e que valorize as peculiaridades dos alunos está distante dessa realidade educacional, pois a escola está longe de ser uma instituição que ajude a superar desigualdades e que garanta o acesso ao conhecimento igualitário. Sendo uma contradição vivida atualmente, ainda que a maioria concorde que o processo de

escolarização é o alicerce para uma sociedade igualitária, o acesso a escola não conseguiu suprimir o problema de fracasso escolar.

Segundo a declaração de Salamanca:

“As escolas devem ajustar-se a todas as crianças, independentemente das suas condições físicas, sociais, lingüísticas ou outras. Neste conceito devem incluir-se crianças com deficiências ou superdotadas, crianças de rua ou crianças que trabalham crianças de populações imigradas ou nômades, crianças de minorias lingüísticas, étnicas ou culturais e crianças de áreas ou grupos desfavorecidos ou marginais.” (UNESCO, 1994).

Gráfico 06:

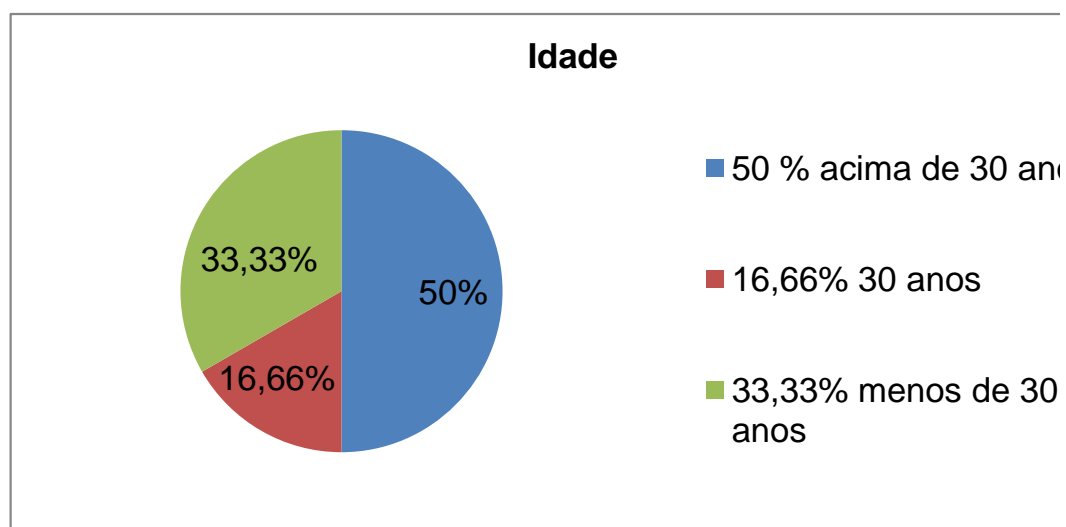


Fonte: Pesquisa Pessoal em Instituição de Ensino Pública do Distrito Federal.

A sexta e última assertiva para os docentes foi titulada de outras considerações, com o objetivo de cobrir possíveis falas não expressas anteriormente. A escolarização é importante e não poderia ser diferente aos alunos com déficit intelectual, essa justificativa foi apresentada como resposta por 35% dos docentes da escola pública;

Todos os alunos podem aprender independente de suas características e peculiaridades, onde o ensino seja centrado no aluno e onde as instituições escolares efetuem as adaptações necessárias para os seus alunos. Logo, a escola deverá estar adaptada às necessidades educacionais especiais de seus alunados e não o contrário. É preciso considerar as dificuldades que o aluno com déficit intelectual apresenta e elaborar propostas pedagógicas que atendam o desenvolvimento cognitivo desse educando, sem excluir a participação desse em sala de aula.

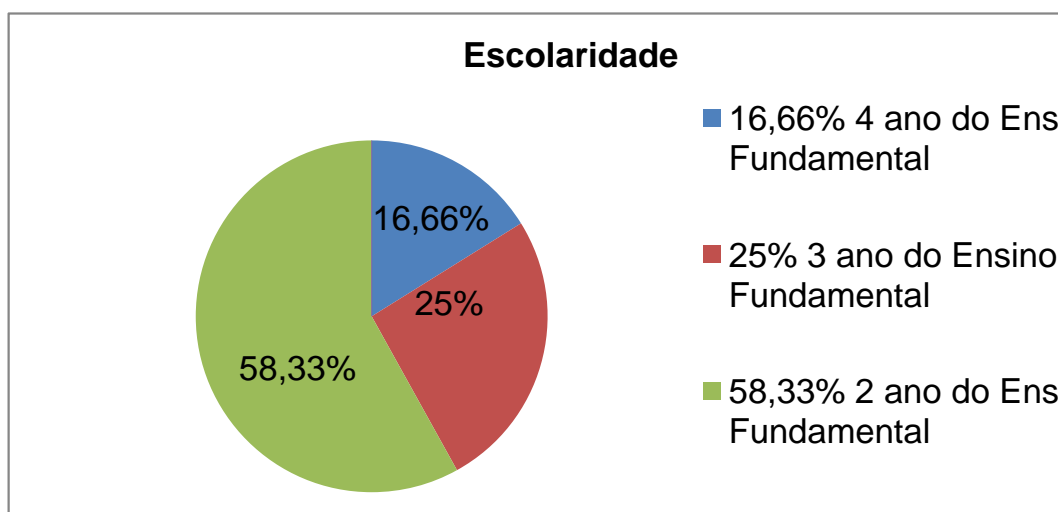
Questões aos discentes:

Gráfico 01:

Fonte: Pesquisa Pessoal em Instituição de Ensino Pública do Distrito Federal.

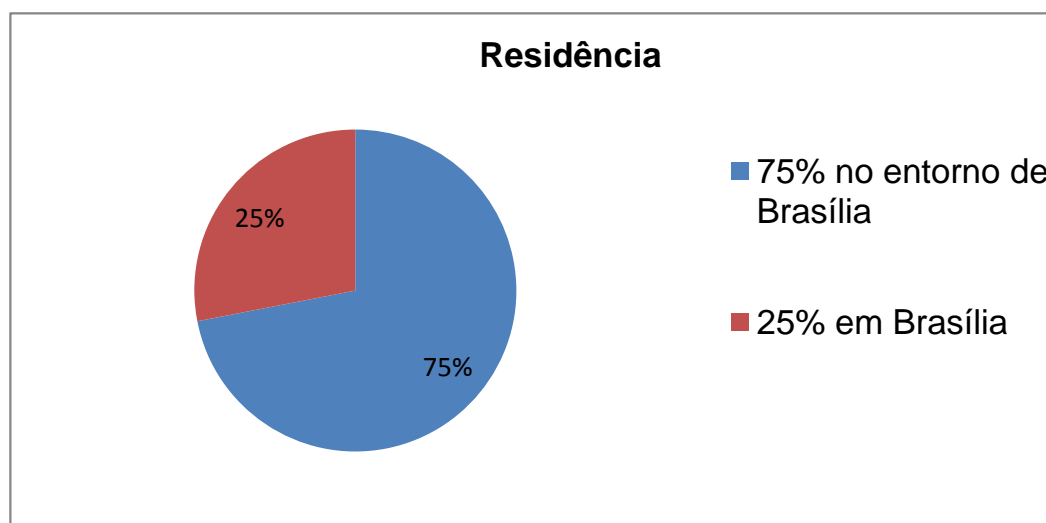
A primeira questão direcionada aos alunos com déficit intelectual foi sobre a idade, a maioria desses alunos têm mais de trinta anos. Muitos educandos com necessidades educacionais especiais demoram mais tempo para concluir os estudos, devido às dificuldades sociais, econômicas e de aprendizagem enfrentadas ao longo da vida.

Gráfico 02:



Fonte: Pesquisa Pessoal em Instituição de Ensino Pública do Distrito Federal.

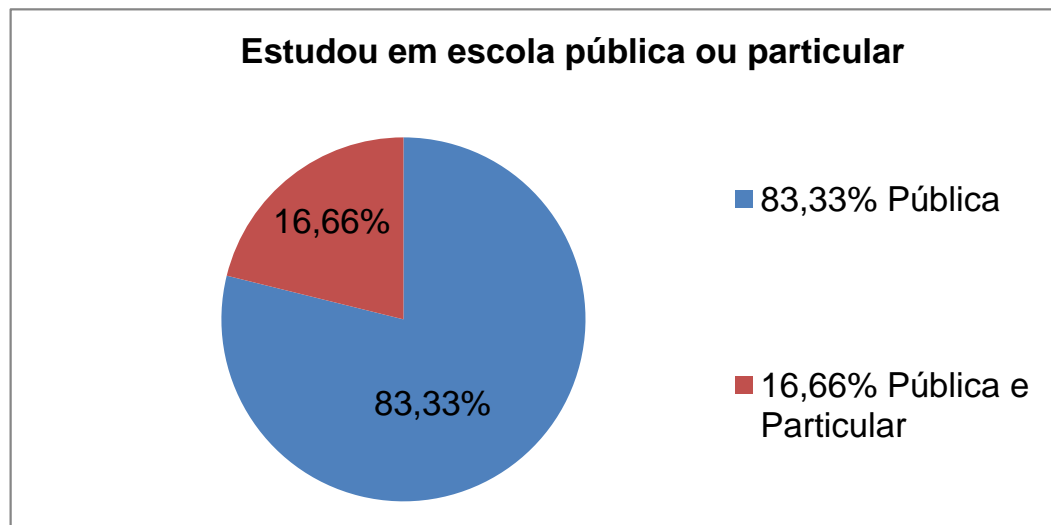
Ao fim da pesquisa se constatou que 16,66% dos alunos estão no 4º ano do Ensino Fundamental. 25% estão no 3º ano do Ensino Fundamental e 58,33% estão no 2º ano do Ensino Fundamental.



Fonte: Pesquisa Pessoal em Instituição de Ensino Pública do Distrito Federal.

Constatou-se que dos alunos com déficit intelectual 75% residem em cidades do entorno de Brasília – Distrito Federal e 25% residem em Brasília – Distrito Federal.

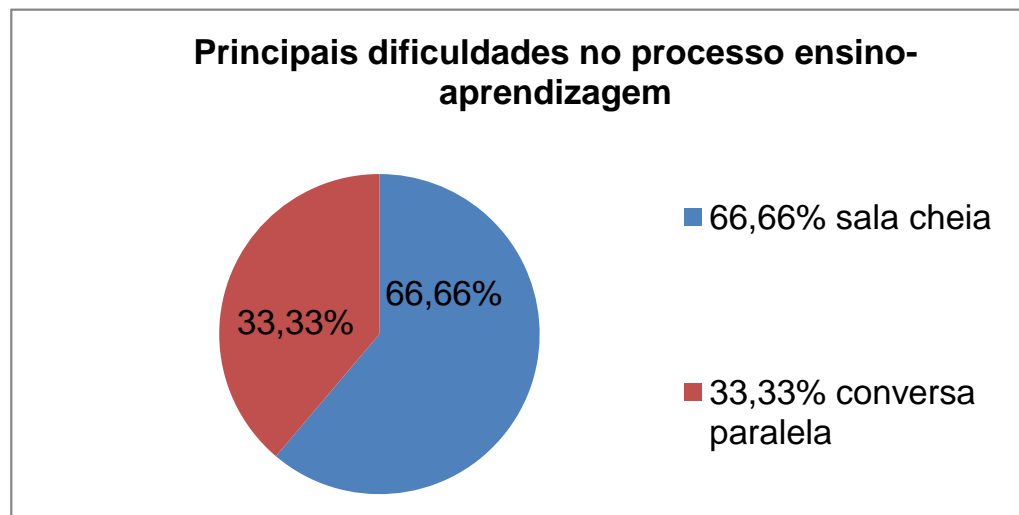
Gráfico 04:



Fonte: Pesquisa Pessoal em Instituição de Ensino Pública do Distrito Federal.

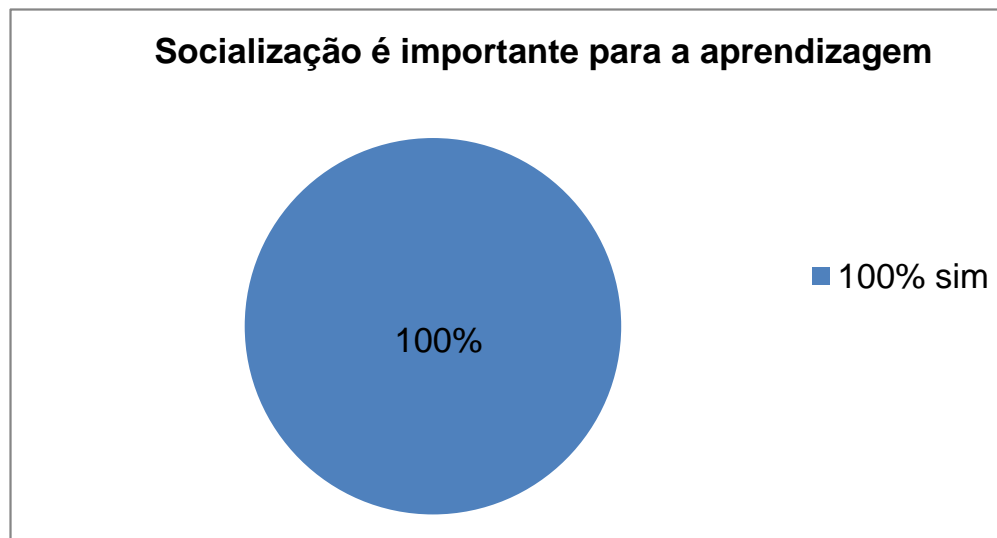
Dos educandos que participaram da pesquisa 83,33% sempre estudaram em escola pública e 16,66% estudaram em escola pública e particular.

Gráfico 05:



Fonte: Pesquisa Pessoal em Instituição de Ensino Pública do Distrito Federal.

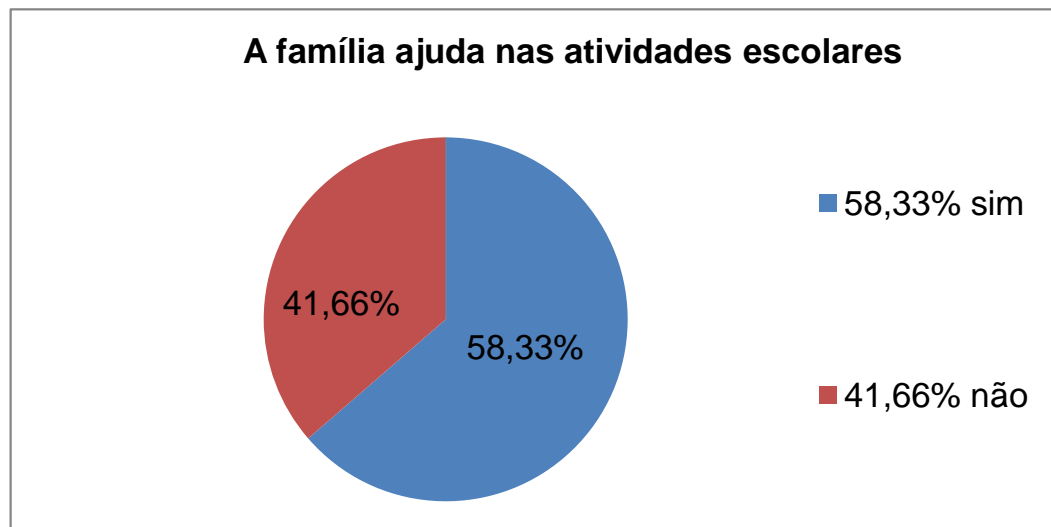
As principais dificuldades segundo esses alunos no seu processo de ensino – aprendizagem para 66,66% seria a sala cheia e 33,33% a conversa paralela. Com essa questão observa-se que esse alunado não percebe o déficit como um agravante em sua aprendizagem.



Fonte: Pesquisa Pessoal em Instituição de Ensino Pública do Distrito Federal.

Na quinta prerrogativa, questionou-se se o entrevistado acredita que a socialização é importante para a sua escolarização. Todos os pesquisados afirmam 100% positivamente para a questão. Sobre o porquê dessa importância, várias foram as respostas, entre elas: porque se adquire autonomia nas atividades realizadas e na sua vida particular; o aprendizado proporciona uma evolução a mais ao desenvolvimento do aluno. Na visão do alunado, a escolarização permite entender melhor a sociedade e é uma forma de ajudar as pessoas e se ajudar.

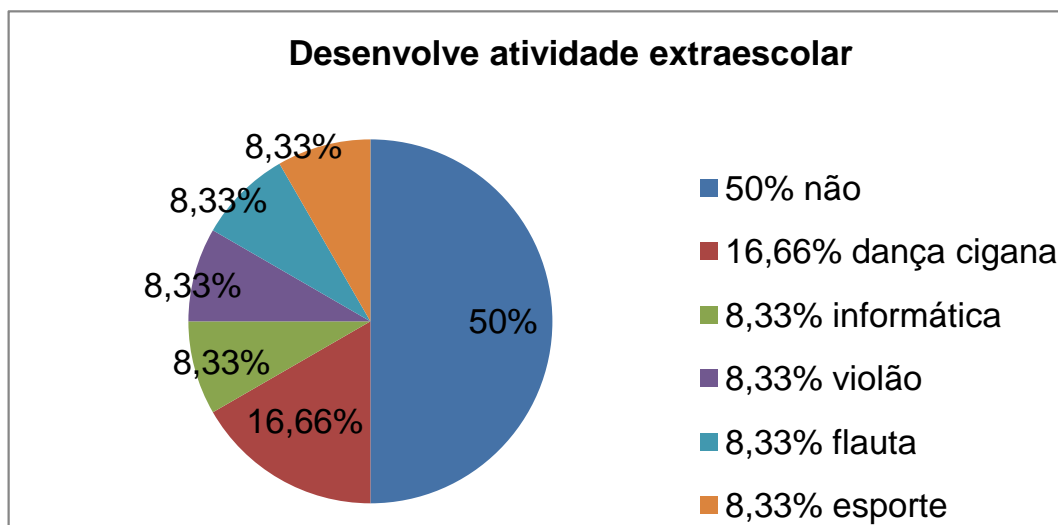
Gráfico 07:



Fonte: Pesquisa Pessoal em Instituição de Ensino Pública do Distrito Federal.

Quando questionados sobre a atuação familiar em suas atividades escolares 58,33% afirmam que seus familiares ajudam nessas atividades e 41,66% afirmam que não tem ajuda nas atividades escolares.

Gráfico 08:



Fonte: Pesquisa Pessoal em Instituição de Ensino Pública do Distrito Federal.

Os alunos 50% dizem não participar de nenhum tipo de atividade extra-escolar, 16,66% fazem dança cigana na própria escola pública onde estudam e 8,33% fazem aula de informática, violão, flauta ou esporte.

Num total de 34 questionários aplicados em uma pública do Distrito Federal, sendo 12 para os jovens e adultos com déficit intelectual com 08 questões, os dados levantados nesse questionário vai desde a idade até a participação em atividade extraescolar e 20 questionários para os professores com 06 questões, os dados levantados nos questionários vão desde o tempo de atuação profissional com esse alunado até outras considerações, para que posteriormente fosse possível o cruzamento dos dados dos entrevistados com os questionamentos relacionados às hipóteses da pesquisa.

Frequência dos dados: Perfil dos professores

Na questão número um relacionado ao tempo de atuação profissional com o jovem e adulto com déficit intelectual, a maioria, treze pessoas, responderam ter menos de cinco anos de atuação com esse grupo educacional. Os demais, seis pessoas responderam ter mais de cinco anos de atuação e uma pessoa respondeu ter cinco anos de atuação.

Na questão dois relacionada às dificuldades de aprendizagem desse aluno: sete docentes citaram salas lotadas e falta de monitores; cinco docentes, a capacidade de reter conhecimento; quatro docentes, pais descompromissados; três docentes o preconceito e autoestima e um docente citou outras questões, estrutura física da escola, falta de cursos complementares.

Na questão três sobre aprendizagem além da leitura e escrita: 16 professores responderam que a aprendizagem contribui para a vida desse jovem e adulto além do processo de aquisição da leitura e escrita, pois o educando terá autonomia fora da sala de aula, adquirindo habilidade pessoal e profissional.

Quando perguntados sobre a questão social na aprendizagem na assertiva quatro: quinze professores responderam que o social não influencia no conhecimento dos alunos e cinco professores responderam que a socialização é um pressuposto importante para o desenvolvimento cognitivo.

Ao nível, a escola supre todas as dificuldades para a inclusão social desse aluno: dois docentes confirmam que sim e dezoito docentes respondem que a escola não está preparada para suprir todas as dificuldades desse alunado.

A hipótese número seis está relacionada com outras considerações: sete professores responderam que a escolarização é importante e não poderia ser diferente ao jovem e adulto com déficit intelectual e 13 pessoas deixaram a questão em branco.

Frequência dos dados: Perfil dos alunos

A questão um sobre a idade desse aluno: seis responderam ter acima de trinta anos; dois responderam ter trinta anos e quatro responderam ter menos de trinta anos.

Ao perguntarmos sobre a escolaridade na questão dois: dois estão no quarto ano do Ensino Fundamental; três estão no terceiro ano do Ensino Fundamental e sete estão no segundo ano do Ensino Fundamental.

Quando perguntados sobre a sua localidade residencial na questão três: três responderam que residem em Brasília – DF e nove que residem em cidades do entorno do Distrito Federal.

Quanto à escolarização em escola pública ou particular na questão quatro: dez responderam sempre terem estudado em escola pública e duas responderam terem estudado em escola pública e particular.

Na questão cinco relacionada às dificuldades no processo ensino aprendizagem: oito responderam sala cheia e quatro a conversa paralela dentro de sala de aula.

A socialização é importante fator na aprendizagem na questão seis: todos responderam positivamente para essa questão.

Na pergunta sétima sobre ajuda familiar nas atividades escolares: sete responderam que sim e cinco responderam que não.

Na oitava e última questão, desenvolve atividade extraescolar: seis responderam que não; duas responderam dança cigana; uma que informática; uma respondeu violão; uma respondeu flauta e uma respondeu esporte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intervenção pedagógica sobre as necessidades educacionais da pessoa com déficit intelectual requer diferentes perspectivas nos procedimentos a serem utilizados. A estratégia de intervenção pedagógica deve levar em conta as informações sobre as diversas características dos alunos e as necessidades educacionais especiais delas decorrentes. Deve levar em conta não só a pessoa, mas principalmente o meio em que ela vive.

O mais importante mesmo é que olhemos a pessoa com déficit intelectual a partir das suas possibilidades, procurando não se deixar levar pelas aparências das dificuldades que são mais visíveis, buscando identificar os meios e criar as condições para o seu desenvolvimento e inclusão social. Vale ressaltar a contribuição que as novas tecnologias podem oferecer a essas pessoas favorecendo meios e mecanismos de acesso à informação, ao conhecimento e à interação social.

Cada aluno tem peculiaridades no seu processo de aprendizagem e para atendê-las é necessário, às vezes, fazer ajustes e adaptações no currículo regularmente proposto para os diferentes níveis da escolaridade, de forma a garantir as condições que lhes são necessárias para acessar o conhecimento disponível como qualquer um de seus demais colegas.

A adaptação curricular é toda adaptação que se realiza para atender às necessidades educacionais de um determinado aluno ou de um grupo que apresenta singularidades em relação aos seus colegas para ter acesso ao currículo estabelecido de modo geral. Para pôr em prática uma ação educativa inclusiva e capaz de atender às necessidades educacionais dos alunos é necessário desenvolver estratégias de intervenções pedagógicas mais específicas que assegurem uma melhor qualidade do ensino, levando em conta as necessidades individuais de cada aluno em sala de aula e visando conferir maior eficácia a todo o processo de aprendizagem.

Algumas dessas estratégias compreendem ações que são da competência e atribuição das instâncias político-administrativas superiores, já que exigem modificações que envolvem ações de natureza política, administrativa, financeira, burocrática, etc. A essas, denominam-se Adaptações Curriculares de Grande Porte. Outras compreendem modificações menores, de competência específica do professor. Elas constituem pequenos ajustes nas ações planejadas a serem desenvolvidas no contexto da sala de aula. A essas, então, se denomina Adaptações Curriculares de Pequeno Porte.

É preciso compreender que a educação começa desde o nosso nascimento e que se aprende em diferentes situações e determinadas idades. Para que haja conhecimento é preciso à troca de vivências entre aluno e professor; e a interação entre aluno e a sociedade. A família e a comunidade também são responsáveis pela inclusão educacional, pois enriquecem o trabalho educativo que é desenvolvido na escola. Também é de fundamental importância que os pais em casa estimulem o jovem e adulto com déficit intelectual a estudar para que o educador continue o processo de ensino com mais facilidade.

Ao estimular a curiosidade do aluno, o professor incentiva-o a buscar conhecimento e se sentir motivado para estudar e se desenvolver intelectualmente. O professor deverá ter um bom relacionamento com esse jovem e adulto, uma interação lógica entre ambos que contribua para o processo ensino-aprendizagem, respeitando a individualidade do sujeito inserido na sociedade. Uma educação voltada para as diferenças não visa uma inclusão e nem visa vencer a dificuldade, e sim, adaptar-se a ela. Na escola inclusiva ele deverá receber o aluno com necessidades educacionais especiais e sua atitude perante as dificuldades desse educando é determinante para orientar esses alunos, com suas diferenças. É importante que o professor trate bem seus alunos, respeite-os, pois será na relação com o professor que os demais alunos, colegas de turma se espelharão. Cada professor pensará estratégias que garantam que todos tenham possibilidade de participar do processo de aprender. No entanto, ele não é o único responsável pela educação do aluno com necessidades educacionais especiais. A escola responde pela inclusão, sendo mediadora entre família, aluno e sociedade. O professor não é aquele que diversifica para alguns, mas aquele que prepara atividades diversas para os seus alunos trabalharem o mesmo conteúdo curricular.

A escola regular ao invés de individualizar e diferenciar o ensino para alguns, tem de recriar suas práticas, mudar suas concepções, rever seu papel, reconhecendo e valorizando sempre as diferenças.

Muitas vezes na sala de aula o professor se defronta com limites, podem ser limites de sua própria formação, condições de trabalho, conhecimento ou necessidades educativas especiais do aluno. Então, este buscará novas estratégias para resolver o problema. Primeiro, para identificar as possibilidades do aluno e o trajeto que ele percorre para se comunicar, para se apropriar do que está a sua volta; a fim de encontrar um caminho compatível com as possibilidades do aluno.

As políticas educacionais visam uma educação de qualidade para todos, onde todos sejam considerados parte integrante do sistema gerador de conhecimento. Onde haja o respeito e a valorização do outro como sujeito constituinte de sua identidade e onde o educando receba uma educação centrada na atenção de suas necessidades individuais.

No presente trabalho ficam evidentes aspectos como o processo de inclusão mediante um olhar restrito ao simples educando como portador de necessidades educacionais especiais.

No que se refere ao papel da instituição escolar inserida nesse processo de inclusão no ensino – aprendizagem está não percebe a necessidade de adequação e não se incomoda ao fato de não realizar essas alterações conforme as necessidades educativas especiais desse alunado.

A escola tem o papel de viabilizar através de uma prática pedagógica eficaz, o ingresso de todos os que querem uma possibilidade de aprendizagem. No entanto, a instituição escolar muitas vezes não está preparada para superar essas dificuldades que às vezes são geradas por preconceito e discriminações ou falta de informações sobre o educando com necessidade educacional especial.

Quanto aos professores de classe comum dizem que não sabem como trabalhar com esse sujeito portador de necessidade educacional especial dentro da sala de aula, pois não foram preparados para isso e não tem profissionais para orientá-los, nem cursos educacionais. Pode-se destacar a falta de informações sobre como compreender e trabalhar com alunos que possuam necessidades especiais, principalmente no ensino regular. Os professores da sala de recursos são mais flexíveis no aprendizado do jovem e adulto com déficit intelectual, mas se deparam com vários obstáculos, como falta de material didático, o aspecto físico da instituição escolar, a falta de profissionais qualificados.

Na aplicação dos questionários observa-se uma heterogeneidade de professores, ou seja, tem alguns que são iniciantes e outros que trabalham há anos com esse alunado. E que alguns profissionais educacionais se mostram resistentes quantos algumas novas propostas educacionais. Muitos professores se sentem despreparados, não tem domínio como o aluno com necessidades educacionais especiais se desenvolve, como se dá o processo de ensino-aprendizagem, de práticas que contemplam a diversidade, as peculiaridades desse jovem e adulto.

Neste contexto, a formação do pessoal envolvido com a educação é de fundamental importância, assim como a assistência às famílias, uma sustentação que estará diretamente implicada às mudanças. É preciso que haja uma relação positiva para que se diminuam as dificuldades e se encontre as questões favoráveis ao pleno desenvolvimento do educando, tornando-se um ser ativo e participativo em sua sociedade.

Conclui-se que a educação deve ter como objetivo a garantia de acesso ao conhecimento desse aluno a partir de suas possibilidades de aprendizagem.

REFERÊNCIAS

_____, Artigo: **Entrevistas em pesquisas qualitativas de Rosália Duarte**. Disponível em: <http://www.aprender.unb.br/file.php/2283/entrevista_qualitativa.pdf>. Acesso em: 15 de março de 2013.

_____, Artigo: **Pesquisa Qualitativa – características, usos e possibilidades de José Luis Neves**. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/C03-art06.pdf>>. Acesso em: 15 de março de 2012.

_____, Caminhos pedagógicos da educação inclusiva. In: GAIO, R.; MENEGHETTI, R. (Org.). **Caminhos pedagógicos da educação especial**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BRASIL. **Constituição Federal** (1988). Rio de Janeiro, FAE, 1989.

Conselho Nacional de Educação/Câmara de Ensino Básico. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**, Brasília, DF, 2001.

_____, **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: CORDE, 1997, 2º ed.

_____, **Decreto 3.298 de 20 de dezembro de 1999**. Dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil03/decreto/d3298.htm>>. Acesso em: 02 de março de 2013.

_____, **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/CNE/CEB, 2001.

_____, **Educação um tesouro a descobrir**. Disponível em: <<http://ftp.infoeuropa.euroid.pt/database/000046001-000047000/000046258.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2013.

_____, Igualdade e diferença na escola: como andar no fio da navalha. In: ARANTES, V. A. (Org.). **Inclusão escolar**. São Paulo: Summus, 2006.

BRASIL. INEP. **Censo Escolar, 2008**. Disponível em: <http://www.portaldoprofessor.inep.gov.br/imprensa/noticias/censo/escolar/news_02_imp>. Acesso em: 20 mar. 2013.

_____, INEP. **Censo Escolar, 2009**. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/censo/escolar/DOU_final_2008.htm>. Acesso em: 20 mar. 2013.

_____, **Lei 9.394 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996.

_____, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Inclusão: revista da educação especial, v. 4, n. 1, jan./jun. 2008. Brasília: MEC SEESP, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2009.

_____, **Resolução 01/2012 de 11 de setembro de 2012**. Disponível em: <<http://www.eadnainternet.com.br/mod/resource/view.php?id=977>>. Acesso em: 02 de março de 2012.

_____, **Revista Nova Escola, Editorial 1**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao1.pdf>>. Acesso em: 02 de março de 2012.

_____, **Saberes e práticas da inclusão: dificuldades de comunicação e sinalização: deficiência física**. Brasília: MEC, SEESP, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**, Lisboa: Editorial Vega, 1978.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**, Rio de Janeiro, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **“Sobre o poder simbólico”**. In: O poder simbólico. Lisboa: DIFEL, 1989. p.7-15. Disponível em : <http://www.academia.edu/1947382/0_Poder_Simbolico>. Acesso em 26 de março de 2013.

CARDOSO, S. Marilene. **Aspectos históricos da educação especial: da exclusão à inclusão – uma longa caminhada**. In: Educação Especial: em direção à escola inclusiva. Porto Alegre: EDUPUCRS, 2003. Cap.2, pp.15 – 27.

CARVALHO, R. V. **A Juvenilização da EJA: Quais Práticas Pedagógicas?** In: 32ª Reunião Anual da ANPED, Caxambu, 2009 a.

CARVALHO, R. V. **A Juvenilização na EJA: Uma categoria Provisória ou Permanente?** In: IX Seminário Pedagogia em Debate e IV Colóquio de Formação de Professores, 2009, Curitiba. Cidadania, Justiça e (Des) Igualdade: Que Escola Queremos? Curitiba: Juruá. v. 1. p. 153-153, 2009b.

DRAGO, Rogério. **Infância, educação infantil e inclusão: um estudo de caso em Vitória**. Tese (Doutorado em Educação). Rio de Janeiro: PUC, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2003. 148 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação**. São Paulo: Cortez, 1997.

GADOTTI, M. **Escola Cidadã**. 12ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

GENTILE, Paola. **Educação de Jovens e Adultos**. Nova Escola, São Paulo, Nov. 2003. Não paginado. Disponível em: <http://www.novaescola.abril.com.br/ed/167_nov03/html/encarte.htm> Acesso em: 15 março. 2013.

GLAT, R.; FERREIRA, J. R. Panorama Nacional da Educação Inclusiva no Brasil. In: **Educação Inclusiva no Brasil - Diagnóstico Atual e Desafios para o Futuro**, Rio de Janeiro, v.1, p.1-63, 2003/2004. Disponível em: http://www.acessibilidade.net/at/kit2004/Programas%20CD/ATs/cnotinfor/Relatorio_Inclusiva/pdf/Educacao_inclusiva_Br_pt.pdf. Acesso em: 15 março de 2013.

HADDAD, S. DI PIERRO, M. C. **Aprendizagem de Jovens e Adultos: avaliação da década da educação para todos**. São Paulo em Perspectiva 14(1) 2000.

HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. Escolarização de Jovens e Adultos. **Revista Brasileira de Educação**. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. São Paulo, n. 14, mai-ago, p. 108-130, 2000.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér; BATISTA, Cristina Abranches Mota. **Atendimento Educacional Especializado em Deficiência Mental**. In: GOMES, Adriana L. Limaverde Gomes... [et al.] Deficiência Mental. São Paulo: MEC/SEESP, 2007. (Série Atendimento educacional especializado).

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MARQUES, Carlos Alberto. **Rompendo paradigmas: as contribuições de Vygotsky, Paulo Freire e Foucault**. In: Inclusão, práticas pedagógicas e trajetória de pesquisa/ Organização: Denise Meyrelles de Jesus, Cláudio Roberto Baptista e Maria Aparecida Santos Correa Barreto, Sonia Lopes Victor. Porto Alegre: Meditação, 2009.

MARTINEZ, A. M. **A Teoria da Subjetividade de Gonzalez Rey: uma expressão do paradigma da complexidade em Psicologia**. In: GONZALEZ REY, F. (org.). *Subjetividade, Complexidade e Pesquisa em Psicologia*. São Paulo: Thomson, 2005 a. (pp. 1 – 25).

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação especial no Brasil: História e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2005. 5º ed.

MITTLER, P. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

PRIETO, R. G. Atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: um olhar sobre as políticas públicas de educação no Brasil. In: ARANTES, V. A. (Org.). **Inclusão escolar**. São Paulo: Summus, 2006.

RODRIGUES, Alberto Tosi. **Sociologia da Educação**. 6. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.6.ed.

OLIVEIRA, Marta Kohl. **Jovens e Adultos como sujeitos do conhecimento e aprendizagem**. Disponível em: [ttp://www.pead.faced.ufrgs.br/sites/publico/eixo5/EJA_Brasil/rose/6%20-%20marta%20kohl%20de%20oliveira.pdf](http://www.pead.faced.ufrgs.br/sites/publico/eixo5/EJA_Brasil/rose/6%20-%20marta%20kohl%20de%20oliveira.pdf). Acesso em: 02 de março de 2012.

TRIVIÑOS, Augusto N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**: 1.ed. São Paulo: Atlas, 1987.

VYGOTSKY, Lev Semenovitch. **A formação social da mente**. SP, Martins Fontes, 1987.

VYGOTSKY, Lev Semenovitch. **Pensamento e Linguagem**. SP, Martins Fontes, 1988.

VYGOTSKY, Lev Semenovitch. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. SP, Icone, 1988.

APÊNDICES

A - Questionário para os docentes:

01- Atua na área de jovens e adultos com déficit intelectual há quanto tempo?

- a- Menos de cinco anos
- b- Há cinco anos
- c- Mais de cinco anos

02-Quais as principais dificuldades encontradas para o processo de escolarização do aluno jovem e adulto com déficit intelectual?

03- A escolarização se conceitua além da aprendizagem mecânica de escrita e leitura, contribuindo de maneira significativa para a melhoria da vida prática do aluno? Como.

04- Atualmente é possível pensar as relações sociais como importante fator no ensino-aprendizagem desse alunado?

05- O trabalho desenvolvido na instituição escolar supre todas as condições para que a inclusão social seja realizada com sucesso? Por quê?

06- Outras considerações:

B - Questionário direcionado ao jovem e adulto com déficit intelectual:

01-Qual a sua idade?

02-Qual escolarização?

03-Onde a reside atualmente?

04-Quais as instituições escolares que já estudou?Pública ou Particular?

05-Como avalia as principais dificuldades no processo de aprendizagem ao longo da vida?

06-Considera que a instituição escolar, a família, os amigos são importantes para o seu processo de escolarização?

07-O grupo familiar ajuda da resolução de atividades escolares?

08-Desenvolve atividade extraescolar?

